

2.º CICLO DE ESTUDOS
Mestrado em Ensino de História no 3.º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário

A Representação das Prisões Políticas do Estado Novo nos Manuais de História A

Albano Manuel Silveira Gomes

M

2023



Albano Manuel Silveira Gomes

A Representação das Prisões Políticas do Estado Novo nos Manuais de História A

Relatório realizado no âmbito do Mestrado em Ensino de História no 3.º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário, orientado pela Professora Doutora Cláudia Sofia Pinto Ribeiro.

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2023

Albano Manuel Silveira Gomes

A Representação das Prisões Políticas do Estado Novo nos Manuais de História A

Relatório realizado no âmbito do Mestrado em Ensino de História no 3.º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário, orientado pela Professora Doutora Cláudia Sofia Pinto Ribeiro.

Membros do Júri

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) – Universidade (nome da universidade)

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) – Universidade (nome da universidade)

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) – Universidade (nome da universidade)

Classificação obtida: (escreva o valor) Valores

*Por ti, pelo teu ódio à liberdade,
À razão e à verdade,
A tudo o que é viril, humano e moço,
A fome e o luto apagaram os lares,
E agonizam os homens, aos milhares,
No exílio, no hospital, no calabouço.*

*Por ti, raivoso abutre:
Cujo apetite sôfrego se nutre
De lágrimas, de gritos, de aflições,
Gemem nas aspas da tortura
Ou se baixam em segredo à sepultura
Os mártires que atiras às prisões*

**CORTESÃO, Jaime (1934). *Maldição*. "A Verdade", n.º
9. (jan. de 1934)**

Sumário

Declaração de Honra.....	3
Agradecimentos.....	4
Resumo.....	6
Abstract.....	7
Índice de Figuras.....	8
Índice de Tabelas.....	9
Índice de Gráficos.....	10
Lista de abreviaturas e siglas.....	11
Introdução.....	12
1. As Prisões do Estado Novo.....	16
1.1. Da Rua António Maria Cardoso ao Tarrafal: Os caminhos da repressão salazarista.....	18
1.1.1. A Sede.....	18
1.1.2. Cadeia do Aljube.....	19
1.1.3. Forte de Caxias.....	19
1.1.4. Forte de Peniche.....	21
1.1.5. Campo do Tarrafal.....	22
1.1.6. O Depósito de Presos de Angra do Heroísmo: O papel dos Açores na repressão salazarista.....	23
1.2. Os Prisioneiros: Os que se contam, os mortos e os esquecidos.....	25
2. O Manual Escolar na disciplina de História.....	28
2.1. O que é um Manual Escolar?.....	28
2.2. O manual escolar e o ensino da História.....	29
2.3. Manuais de História e as prisões políticas de Salazar.....	32
3. Contexto da Intervenção.....	36
3.1. Escola Básica e Secundária de Velas.....	38
3.2. Caracterização da Turma.....	40
4. Mas como assim? As Prisões Políticas não são coisas de séries?.....	41
4.1. Focus Group: O que é?.....	41
4.1.1. <i>Focus Group</i> : vantagens e limitações.....	42
4.1.2. <i>Focus Group</i> : Enquadramento metodológico da sua aplicação.....	43

4.2. Primeira Etapa: O caminho faz-se discutindo	44
4.2.1. Análise dos resultados do <i>Focus Group</i>	46
4.3. Segunda Etapa: “Conhecer a verdade não faz mal a ninguém e permite a todos marchar na vida com passos mais seguros”	52
4.4. Terceira Etapa: O Trabalho	65
4.4.1. Análise dos resultados do trabalho	66
Considerações Finais – Os Manuais e as Prisões	76
Referências Bibliográficas	81
Anexos.....	84
Anexo 1 – Focus Group: Prisões Políticas do Estado Novo (Guião-Orientador)	84
Anexo 2 – Plano de Aula	86
Anexo 3 – Rubrica de Avaliação.....	92
Anexo 4 – Avaliação do Trabalho (por domínios)	97

Declaração de Honra

Declaro, por minha honra, que este relatório de estágio é da minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição de ensino. Todas as referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referência. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Porto, 17 de julho de 2023

Albano Manuel Silveira Gomes

Agradecimentos

Ao chegar ao fim de mais uma etapa da minha vida, é uma honra e meu dever agradecer a todos que de uma forma ou de outra contribuíram para o meu sucesso.

Agradeço aos meus pais, Luís e Maria Manuela, e à minha madrinha-irmã, Andreia, pelo amor e carinho que me têm dedicado e por nos piores momentos nunca me terem deixado cair.

Agradeço ao meu orientador de estágio, António José Teixeira Soares, pelo incansável apoio e por no auge dos seus sessenta e dois anos de idade e dos trinta e muitos anos de carreira ter tido a coragem de me aceitar como seu estagiário.

Agradeço à minha orientadora de Relatório de Estágio, Cláudia Sofia Pinto Ribeiro, pela flexibilidade, pelo carinho, pelos conselhos e pela permanente disponibilidade para ajudar.

Agradeço aos meus colegas açorianos de mestrado e amigos para a vida, Celina Lima e José Rodrigues, pelo suporte e amizade ao longo desta caminhada. Sem vocês não teria sido possível.

Agradeço ao Presidente do Conselho Executivo da Escola Básica e Secundária de Velas, Vítor Bernardes, pela amizade, compreensão e apoio ao longo destes dois anos.

Agradeço à minha namorada, Beatriz Medeiros, pelo amor de sempre e por alegrar os meus dias com o seu sorriso.

Agradeço aos meus três colegas e amigos, António Machado, João Silva, Vítor Hugo Soares, pelas tertúlias de quinta à tarde, pela amizade e apoio ao longo destes dois anos.

Agradeço aos meus professores, Aurinda, Manuela, Paula, Isabel, Marta, Alberto, Pedro, Alda, Olga, Susana, Lucrecia, Horácio, Ana Paula, Sandra, Salomé, Ana Paula, Pedro, Maria, Emília, Ana, Paulo, Ana Paula, Isabel, Susana, Marco, Carlos, Mário, Rui, Pedro, Joaquim, Rúben, João, Eduardo, Maria, Hélio, Mário, Carlos, Duarte, Isabel, Susana, André, Margarida, Susana, Pilar, N'Zinga, Gabriela, Rui, Rute, Cláudia, Paulo, Luís, Inês, Helena e Sara.

Por fim, agradeço a todos os meus familiares (em especial aos meus irmãos), colegas, camaradas e amigos, com quem sempre pude sempre compartilhar as minhas angústias e alegrias.

Resumo

A Representação das Prisões Políticas do Estado Novo nos Manuais de História A é uma análise sobre a forma como estes estabelecimentos, e os presos que os habitaram, são enquadrados na principal ferramenta de trabalho de professores e alunos. É um tema sensível e, por isso mesmo, constitui uma desafiante problemática histórica.

Podemos encontrar referências às prisões políticas do Estado Novo nos manuais e nos currículos nacionais de História, nos princípios ideológicos do Estado Novo, como componente do seu aparelho repressivo. Mas será que estas estão devidamente representadas? Para responder a esta questão é necessário compreender qual a importância deste tema na História Portugal, a sua relação com os manuais escolares de História e a relação estabelecida entre estes dois pontos e as ideias pré-definidas dos alunos, a forma como eles interpretam as prisões e as valorizam.

Para a aplicação da temática, procedeu-se à realização de um *focus group* ou grupo de discussão, uma aula dedicada ao tema, baseada na primeira etapa enunciada e, por último, à elaboração, por parte dos alunos, de um pequeno trabalho escrito. Terminada esta componente apresentam-se aqui os resultados de um tema que vai muito para além da simples componente histórica.

Palavras-chave: [Prisão Política; Manual; Currículo; Focus Group; Estado Novo]

Abstract

The Representation of the Political Prisons of the Estado Novo in History manuals is an analysis of how these places and the prisoners who inhabited them are framed in the main working tool for teachers and students. It is a sensitive topic and, for that very reason, constitutes a challenging historical problematic.

We can find the political prisons of the Estado Novo in manuals and national curricula of History in the ideological principles of the Estado Novo, as a component of its repressive apparatus. But are they properly represented? To answer this question, it is necessary to understand the importance of this theme for the History of Portugal, its relationship with school history textbooks and the relationship established between these two points and the pre-defined ideas of the students, the way they interpret and value them.

For the application of the theme, a focus group was carried out, a class dedicated to the matter, based on the first stage mentioned and, finally, the preparation of a small paper by the students. Once this component is over, here are the results of a topic that goes far beyond the simple historical component.

Key-words: [Political Prison; Manual; Curriculum; Focus Group; Estado Novo]

Índice de Figuras

FIGURA 1 – REPRESENTAÇÃO DE UM CURRO DA CADEIA DO ALJUBE. FONTE: MUSEU DA RESISTÊNCIA DO ALJUBE	19
FIGURA 2 – ILHA DE SÃO JORGE. FONTE: HTTPS://RANDOMTRIP.PT/GUIA-SAO-JORGE-ACORES/	36
FIGURA 3 – ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE VELAS. FONTE: CARTA EDUCATIVA DO MUNICÍPIO DE VELAS. ...	38
FIGURA 4 – CRONOLOGIA DA CRIAÇÃO DAS PRISÕES POLÍTICAS. ELABORAÇÃO PRÓPRIA.....	54
FIGURA 5 – EXCERTO UTILIZADO NA AULA.....	55
FIGURA 6 – FRANCISCO FANHAIS – CATÓLICO PROGRESSISTA. IMAGEM RETIRADA DO DOCUMENTÁRIO "VIDAS PRESIONÁVEIS", DO MUSEU DA RESISTÊNCIA DO ALJUBE.....	56
FIGURA 7 – EXCERTO UTILIZADO EM AULA	56
FIGURA 8 – EXCERTO UTILIZADO EM AULA	57
FIGURA 9 – SEDE DA POLÍCIA POLÍTICA DO ESTADO NOVO, SITUADA NA RUA ANTÓNIO MARIA CARDOSO.....	58
FIGURA 10 – RECONSTITUIÇÃO DE UM CURRO DO ALJUBE	59
FIGURA 11 – EXCERTO UTILIZADO EM AULA.	60
FIGURA 12 – A <i>POTERNA</i> (FORTE DE SÃO JOÃO BATISTA). FONTE: URAP, 2022: 74	61
FIGURA 13 – EXCERTO UTILIZADO EM SALA DE AULA	62
FIGURA 14 – SLIDE DA APRESENTAÇÃO <i>POWER POINT</i> DA AULA SOBRE AS PRISÕES POLÍTICAS – OS MÉTODOS DE TORTURA.....	62
FIGURA 15 – FICHA DE PRESO DE MARIA LUÍSA DIAS. FONTE: COMISSÃO DO LIVRO NEGRO SOBRE O REGIME FASCISTA, 1988: 261.	64
FIGURA 16 – EXCERTO UTILIZADO EM AULA	64

Índice de Tabelas

TABELA 1 – AS PRINCIPAIS LEVAS DE DEPORTADOS PARA ANGRA DO HEROÍSMO. DADOS COMPILADOS PELA URAP (URAP, 2022: 95)	25
---	----

Índice de Gráficos

GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO DO N.º DE ALUNOS NO 2.º E 3.º CICLO DO CONCELHO DE VELAS ANO LETIVO 2006/2007-2020/2021. FONTE: CARTA EDUCATIVA DO MUNICÍPIO DE VELAS.....	39
GRÁFICO 2 – EVOLUÇÃO DO N.º DE ALUNOS NO ENSINO SECUNDÁRIO NO CONCELHO DE VELAS ANO LETIVO 2006/2007- 2020/2021. FONTE: FONTE: CARTA EDUCATIVA DO MUNICÍPIO DE VELAS	39

Lista de abreviaturas e siglas

FLUP	FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO
U.P	UNIVERSIDADE DO PORTO
U. PORTO	UNIVERSIDADE DO PORTO
EBSV	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE VELAS
PIDE	POLÍCIA INTERNACIONAL DE DEFESA DO ESTADO
PVDE.....	POLÍCIA DE VIGILÂNCIA E DEFESA DO ESTADO
PCP	PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
SI	SISTEMA DE INFORMAÇÃO

Introdução

Este Relatório de Estágio foi desenvolvido no âmbito da unidade curricular de Iniciação à Prática Profissional, inserida no Mestrado em Ensino de História no 3.º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP).

O presente trabalho submete-se ao tema: *A Representação das Prisões do Estado Novo nos Manuais de História A*, sendo esta escolha o fruto da troca de ideias com futuros colegas de profissão na sala de professores da instituição de ensino que recebeu este núcleo de estágio, a Escola Básica e Secundária de Velas (EBSV).

Partiu da inquietação da escolha de uma temática para o Relatório de Estágio, mas, também, da vontade de trabalhar algo que fosse estimulante para mim e para os meus alunos. Após uma troca inicial de ideias surgiu o esboço de um primeiro plano: e se se fizesse uma análise ao impacto social, cultural e político dos presos políticos do Estado Novo no Forte de São João Baptista em Angra do Heroísmo? Interessado, mas não totalmente satisfeito com a ideia decidiu-se trabalhá-la um pouco mais. Li sobre o assunto, foram analisados outros títulos de relatórios de estágio e, por fim, começou a aflorar-se a ideia de trabalhar as prisões políticas do Estado Novo (e não só a Fortaleza de São João Baptista) no contexto da sua aplicação nos manuais (e/ou nos currículos¹) de História, sobretudo nos História A (este núcleo de estágio não tinha turmas do 3.º Ciclo).

Assim sendo, delineou-se a pergunta fundamental que orienta este estudo. Será que as prisões e os presos políticos do Estado Novo estão devidamente representadas neste objeto de ensino-aprendizagem tão importante? É por aqui que se desenrola o novelo de um trabalho que ao mesmo tempo que procura ser uma reflexão crítica sobre o papel do manual escolar de História na sua relação com um tema tão sensível como a repressão salazarista, procura entender o que representa, para jovens que nasceram e

¹ Apesar de inicialmente ter-se incluído os currículos no título do Relatório de Estágio, achou-se por bem focar o tema apenas nos manuais. Pese embora, os currículos de História serem referidos, por diversas vezes, neste trabalho.

sempre viveram num ambiente democrático, a luta e o sacrifício daqueles que trabalharam para que eles tivessem esse direito.

O manual escolar como um auxiliar no desenvolvimento do currículo, influencia quer professores quer alunos quanto a ideologias, concepções, valores, teorias e mensagens por ele transmitidas, incluindo as competências a desenvolver pelos alunos (AFONSO, 2013: 35-36).

É neste sentido que se procurou compreender de que forma o manual pode ser entendido como mediador do processo de ensino-aprendizagem. Será que este funciona sempre como um mecanismo de mediação entre os professores e os alunos? Não existirão possíveis falhas? Omissões? No caso particular do manual de História, estas possíveis falhas não poderão revestir-se de maior significância? Não porque um erro ou uma omissão em História seja superior a qualquer outra disciplina ou área de estudos, mas porque estes tendem a ter complicações de afetação a valores sociais, culturais e até mesmo ideológicos.

O trabalho que se segue a esta introdução conta com duas componentes essenciais para a sua concretização. Uma fundamentação teórica do objeto de estudo e uma componente prática, aplicada em contexto escolar.

Dito isto, realizou-se, em primeiro lugar, um levantamento bibliográfico onde se procurou enquadrar as prisões políticas do Estado Novo como parte integrante de dois dos princípios ideológicos deste regime – o autoritarismo e a repressão da oposição ao regime. Outra das preocupações desta pesquisa bibliográfica concentrou-se naquilo que se entende como sendo um manual escolar de História, as suas características e os seus objetivos.

Feita a pesquisa e a respetiva fundamentação teórica do relatório, analisou-se de que forma as prisões surgem representadas nos manuais atualmente utilizados para o ensino da História nas escolas portuguesas, com especial incidência para a disciplina de História A e a sua relação com a reforma curricular da disciplina em 2001.

Assim sendo, a estrutura deste Relatório de Estágio obedece à seguinte linha orientadora: A seguir a esta introdução, segue-se uma abordagem teórica do tema, que

por sua vez, é dividida tendo em conta dois pilares fundamentais: as prisões e os presos políticos enquanto personagens históricas do Estado Novo e os critérios que estão por detrás da elaboração dos manuais de História. Procurou-se compreender o peso social, político e cultural das prisões e dos presos políticos do Estado Novo na sociedade portuguesa, através da análise das realidades vivenciadas na sede da polícia política, na Rua António Maria Cardoso, no Forte de Peniche, na Cadeia do Aljube, no “Campo de Morte Lenta” do Tarrafal e na Fortaleza de São João Baptista em Angra do Heroísmo.

A segunda fase do trabalho correspondeu à investigação e à aplicação deste conteúdo em contexto da prática de ensino. Relativamente a esta fase, o relatório contou com a colaboração de um docente de História da unidade orgânica mencionada e de uma turma do 12.º ano do Curso Científico-Humanístico de Línguas e Humanidades. Em ambos os casos manteve-se o anonimato dos intervenientes.

A metodologia utilizada para a recolha de informação e concretização desta parte prática consistiu na realização de um *focus group* com os alunos que compõe a referida turma, uma aula e um pequeno trabalho. Neste último, os alunos realizaram tendo em conta as duas primeiras partes da componente prática.

A parte final do Relatório de Estágio ficou submetida ao título “Considerações Finais: Os Manuais e as Prisões”, servindo como conclusão ao estudo e com a premissa de tentar refletir sobre a aplicação deste tema em contexto de sala de aula.

Por forma a dar fundamento a esta organização teórica e prática estabeleceram-se os seguintes objetivos:

1. Compreender o impacto social e cultural, na sociedade portuguesa, das prisões e dos presos políticos do Estado Novo, dando enfoque ao caso de Angra do Heroísmo;
2. Verificar o grau de conhecimento dos alunos sobre as prisões e os presos políticos do Estado Novo, refletindo criticamente sobre os dados obtidos;
3. Analisar a relevância dada às prisões e aos presos políticos do Estado Novo pelos manuais de História A;

4. Entender a forma como o conhecimento dos alunos evolui desde o início da atividade prática até à entrega do trabalho de avaliação.

A escolha destes objetivos esteve assente numa visão de trabalho idealizada em três pilares fundamentais, sendo estes a forma como os alunos utilizam o manual de história e a maneira como interpretam neles os acontecimentos históricos mais recentes, a visão do professor sobre o papel do manual escolar e por último aquilo que o manual poderá ser.

Assim sendo, começemos por compreender de que forma o aparelho repressivo do Estado Novo marcou a sociedade portuguesa do século XX.

1. As Prisões do Estado Novo

No dia 28 de maio de 1926 caiu a 1.^a República e foi instaurada em Portugal uma Ditadura Militar. Dois anos depois, em 1928, o professor universitário António de Oliveira Salazar assumiu o Ministério das Finanças em condições muito favoráveis ao fortalecimento do seu poder. Com pilares bem alicerçados numa economia corporativista, com uma retórica tradicionalista, assente na defesa da ruralidade e dos bons costumes cristãos, o regime que, a partir de 1933, se constitucionaliza como Estado Novo, vai fazer uso de um forte aparelho repressivo para defender e manter aquilo que entendia ser a “segurança do Estado”.

Para isso, em muito contribuiu a criação, em 1933, da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE) que assumiu durante a vigência do regime as despesas da repressão da oposição no continente português, ilhas e ultramar. A recém-fundada polícia política resultou, na verdade, da fusão de outras duas organizações policiais já existentes, da Polícia de Informações do Porto (PIP) com a Polícia de Defesa Política e Social (PDPS). A PVDE ficou então estruturada em duas seções, uma dedicada à defesa política e social que se assegurava da repressão dos crimes políticos e uma segunda divisão que estava encarregue da verificação dos “postos de fronteira, a legalidade dos passaportes nacionais e a regularidade dos passaportes dos estrangeiros” (PIMENTEL, 2007: 26). No ano seguinte, foram ainda atribuídas à PVDE competências na área prisional, passando a controlar alguns estabelecimentos prisionais.

Com o objetivo de “defender a Ditadura e a ordem pública²” dos ataques da oposição e num contexto em que se temia os reflexos da instabilidade política em Espanha, com o receio do aproximar do perigo vermelho, a década de 1930 vai ser profícua na criação de legislação repressiva, nomeadamente no que diz respeito à criação de prisões para controlar e punir todos aqueles que, segundo os ditames do regime, atentassem contra a moral e os bons costumes da nação portuguesa. É neste contexto que, acompanhando uma tendência de crescimento da repressão, que desde 1927 vinha sendo

² Decreto-Lei n.º 21: 943 de 5 de dezembro de 1932.

exercida pela Ditadura Militar, é criada uma vasta e complexa rede prisional em todo império português (FARINHA, 2019: 126). Se Portugal era do Minho a Timor, também este deveria ser o território que a repressão e a censura teriam de cobrir.

“Para os delinquentes políticos criam-se estabelecimentos especiais: prisões na metrópole e colónias penais no ultramar³”. Destes estabelecimentos especiais, destacaram-se o reaproveitamento de edifícios pré-existentes, como os Fortes de Caxias, de Peniche e de São João Baptista, assim como a criação, em Cabo Verde, do Campo de Concentração do Tarrafal.

Nos domínios ultramarinos convém realçar que, para além do Campo do Tarrafal, foram criados(as) em Angola a Colónia Penal da foz do rio Cunene, em Moçambique, o Campo da Machava, na Guiné-Bissau, o Campo da ilha das Galinhas e em Timor as Colónias Penais de Atauro e Oe-Kussi-Ambeno. Sabe-se hoje que eram em tudo semelhantes ao Campo do Tarrafal, mas que “os seus habitantes forçados não tiveram ninguém que lhes guardasse a memória” (FARINHA, 2019: 125).

A estas prisões e colónias penais juntavam-se a Cadeia do Aljube, a sede da polícia política e as suas delegações distritais nas principais cidades do país Porto, Coimbra, Faro, Leiria, Beja, Setúbal, Funchal e Angra do Heroísmo, os postos de controlo transfronteiriços e outras centenas de lugares espalhados um pouco por todo o país e nos domínios ultramarinos. Estes tinham como objetivo primordial controlar intelectual, social e moralmente a vida privada dos cidadãos e condicionar a sua atuação perante a sociedade, procurando assim instituir um autêntico regime de opressão.

Paradoxalmente, estes locais, também acabaram por ter o efeito contrário em muitos dos presos, na medida em que, em contacto com alguns prisioneiros mais letrados e conscientes politicamente, obtiveram conhecimentos que de outra forma não conseguiriam, motivando ainda mais a sua luta contra o regime e aliando-os a partidos políticos e a sindicatos que até então só tinham ouvido falar.

³ Decreto-Lei n.º 26.643, de 28 de maio de 1936.

1.1. Da Rua António Maria Cardoso ao Tarrafal: Os caminhos da repressão salazarista

Numa primeira fase de constituição da polícia política, predominaram os espancamentos, seguidos de prolongadas 133 deportações e “residências fixadas”, normalmente nas ilhas atlânticas e nas colónias; numa segunda, com o recurso à formação especializada dos agentes junto de polícias internacionais, sofisticaram-se os métodos que, à tortura física, aliaram uma cada vez mais complexa tortura psicológica, especialmente a partir da década de 50 (FARINHA, 2019: 132-133).

1.1.1. A Sede

O pilar da repressão do regime comandado por António de Oliveira Salazar encontrava-se na Rua António Maria Cardoso, na cidade de Lisboa. Nesta rua situava-se a sede da polícia política⁴ do Estado Novo, responsável pelas investigações dos crimes políticos. À chegada, os suspeitos de atentarem contra a segurança do Estado eram encaminhados para a sala da “paciência”, onde esperavam a sua vez para serem interrogados e ou transportados para outras prisões.

Ao serem interrogados, eram sujeitos a um diversificado número de torturas, donde se destacam a tortura do sono, da estátua⁵ e ainda a longos períodos de isolamento social, que se foram complexificando com o avançar do tempo e o evoluir do contexto nacional e internacional. O antigo dirigente e militante do Partido Comunista Português (PCP), Domingos Abrantes, relata que esteve sujeito à privação do sono por onze dias e que, em consequência disso, os pés lhe incharam de tal forma que deixaram de caber nos sapatos (MOREIRA, 2018: 46).

⁴ Alvo de diversas reformas a polícia política do Estado Novo denominou-se, de 1933 a 1945, de Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE), entre 1945 e 1969, de Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE) e, de 1969 a 1974, de Direção Geral de Segurança (DGS).

⁵ Obrigar o preso a permanecer numa mesma posição até à exaustão física, provocando enormes inchaços nos membros inferiores.

1.1.2. Cadeia do Aljube

Ainda em Lisboa funcionava a Cadeia do Aljube, uma espécie de prolongamento da sede da polícia política, onde os prisioneiros aguardavam a conclusão dos seus processos. Normalmente, ou a libertação ou a deportação para os Açores ou Cabo Verde. Nesta prisão destacaram-se os chamados curros/gavetas do Aljube, celas pequenas e escuras que, aliadas aos longos dias de isolamento, tinham como objetivo torturar psicologicamente os prisioneiros, tornando-os ainda mais vulneráveis à pressão dos interrogatórios (FARINHA, 2019: 132).



Figura 1 – Representação de um Curro da Cadeia do Aljube. Fonte: Museu da Resistência do Aljube

1.1.3. Forte de Caxias

A partir de 1937, o Forte de Caxias, situado nos arredores de Lisboa, começou a funcionar, também ele, como prisão política. Foi narrado por diversas vezes, por presos e organizações, as suas fracas condições materiais e pelos maus-tratos físicos que ignoravam a própria legislação do regime em matéria prisional, sobretudo a Reforma da Or-

ganização Prisional de 1936⁶. Exemplo disso mesmo foi a assinatura, em 1954, do Regulamento das Prisões Privativas da PIDE, pelo então diretor Agostinho Lourenço, que fez tábuas rasas da legislação de 1936.

Em Caxias, os presos encontravam-se divididos pelos primeiro e segundo pisos e as “casamatas”. Estas casamatas eram “uma parte subterrânea da cadeia que havia para o interior do forte, e que estava abandonada. [...] Era um quarto cavado na terra, sem uma única janela nem uma única luz. Só uma tarimba e nada mais”⁷. Devido à sua localização eram bastante húmidas, o que agravava as condições de vida dos prisioneiros. Também eram utilizadas como lugares de aplicação de castigos, como agressões a casetete (PIMENTEL, 2007: 434).

Para além dos pisos e das casamatas, outras das características que marcavam este cárcere eram a divisão em dois redutos e os seus longos corredores, frios e mal iluminados, e as deficientes instalações sanitárias típicas de um forte medieval.

No reduto sul, funcionou até finais de 1962 um Hospital-Prisão do Ministério da Justiça. Em 1971, os Serviços de Investigação (SI) da polícia política foram para lá transferidos, aliando o estabelecimento prisional a local de interrogatórios. Esta transferência dos SI da Rua António Maria Cardoso para Caxias já vinha a ser planeada desde 1964, quando o Ministro do Interior considerou necessário para evitar a “má impressão que causava o vaivém de transporte de presos nas ruas centrais de Lisboa” (PIMENTEL, 2007: 436). A mudança destes serviços, apenas sete anos mais tarde, não pode deixar de corresponder ao aumento da repressão nos anos que antecederam o fim do regime e à tentativa de esconder da opinião pública este crescimento (PIMENTEL, 2007: 436).

Os interrogatórios ocorriam na chamada câmara da tortura, uma sala com paredes brancas e teto abaulado, o chão de cimento pintado de amarelo e uma campainha

⁶ Por exemplo, o Capítulo III desta lei, dava abertura e definia as condições do tratamento médico dos doentes, porém foram sistemáticos os casos em que a polícia política recusava a hospitalização dos doentes, deixando-os em salas com presos saudáveis. Decreto lei n.º 26: 643, de 28 de maio.

⁷ MOREIRA, Vânia (2018). *As prisões políticas do Estado Novo no século XXI: uma perspectiva patrimonial*. ICS – Universidade do Minho. p. 56 Citando MEDINA, Miguel (1999). *Esboços: Antifascistas relatam as suas experiências nas prisões do fascismo*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. p.42.

de alarme junto à porta, mobilada por uma mesa e duas cadeiras no meio da mesma, sendo utilizada ainda uma luz muito intensa (MOREIRA, 2018: 57).

Esta cadeia ficou conhecida pelas suas famosas fugas, uma em 1939, outra em 1959 e uma última no carro blindado de Salazar em 1961. Todas bem-sucedidas. Foi o estabelecimento prisional que mais presos políticos recebeu até ao ano de 1974 (MOREIRA, 2018: 61). Era também o lugar onde ficavam a maioria das presas.

1.1.4. Forte de Peniche

Bastante conhecido do regime salazarista foi o Forte de Peniche⁸, transformado em prisão política a partir de 1934 (BRITO, 2016: 24) e destinado a presos que tivessem penas maiores a cumprir. Ao contrário dos outros estabelecimentos prisionais políticos que estavam, na sua ampla maioria, sob alçada da polícia política, o Forte de Peniche estava na tutela do Ministério da Justiça (PIMENTEL, 2022: 429) e era tido como uma das prisões de alta segurança do regime.

Para além das forças de segurança que aí trabalhavam, PSP e GNR, e da estrutura muralhada de segurança, o Forte de Peniche contava ainda com outra grande barreira natural, o mar. Boa parte dos presos que aqui estiveram foram militantes comunistas, contando ainda com a presença de muitos democratas, republicanos, anarquistas, socialistas, intelectuais e artistas, sendo a maioria destes jovens (MOREIRA, 2018: 63).

Além destas intermináveis reclusões, era a cadeia do regime prisional mais cruel e perverso, onde o preso devia ter a sensação de estar sempre debaixo do olhar vigilante do guarda, como estipulava o estatuto respetivo, o que se traduzia em constantes provocações e agressões psicológicas e físicas (BRITO, 2016: 15).

Em território continental português o Forte de Peniche foi, talvez, a cadeia que ficou mais marcada no imaginário coletivo dos portugueses como exemplo máximo da repressão salazarista. Tido pela extrema violência do cárcere e, à semelhança das outras

⁸ Também conhecido por Depósito de presos de Peniche (BRITO, 2016: 24).

prisões, pelas fracas condições de salubridade, inicialmente não dispunha de refeitório e chovia nas salas. Segundo alguns relatos, também era abundante a presença de ratas, baratas e percevejos.

Devido às fracas condições do presídio e ao extremo isolamento a que estavam sujeitos, salvo horas de refeição e um curto período de leitura, os presos estavam quase sempre condicionados ao isolamento das suas celas. Daí serem frequentes os relatos de tentativas de suicídio e de alguns episódios de indisciplina.

1.1.5. Campo do Tarrafal

O historiador George Mosse distinguiu os campos nos regimes totalitários, cuja lógica se resume a que “quem não está conforme ao sentido da história e da natureza deve ser reeducado e mesmo eliminado”, dos campos nos regimes autoritários, como foi o caso de Portugal, cuja lógica obedece ao princípio de que “quem não está comigo está contra mim”. No caso do salazarismo, o campo foi chamado a preencher duas funções precisas: aterrorizar a população civil, por um lado, e isolar e neutralizar os principais opositores do regime, por outro lado (PIMENTEL, 2007: 431).

Foi na zona do Tarrafal, na aldeia de Chão Bom, na ilha de Santiago, que se situou a mais conhecida e mais temível prisão do Estado Novo. Criada pelo diploma n.º 26:539 de 23 de abril 1936, tinha como objetivo aniquilar física e psicologicamente todos os opositores do regime (PIMENTEL, 2007: 431). A sua localização foi escolhida de forma estratégica, pois juntava o isolamento arquipelágico ao clima difícil da ilha cabo-verdeana, com pouca água potável, muitos mosquitos em épocas de chuvas e calores tórridos durante o verão. A falta de vegetação, os montes escarpados e a fronteira física do mar acabavam por contribuir para o agravamento destas condicionantes.

Apesar de criado em abril, só no dia 29 de outubro de 1936 chegou à baía do Tarrafal a primeira leva de presos políticos. Vindos na sua grande maioria das prisões de Angra do Heroísmo, Caxias e Peniche, os 152 detidos foram “metidos nos porões dum navio, num ambiente irrespirável, com as vigias tapadas e o cavername do barco cheirando a tinta, tal como os bois e sacos de café” (*Dossier Tarrafal*, 2006: 78).

A maioria dos presos desta primeira leva era constituída por camponeses da revolta dos lacticínios da Madeira, operários da Marinha Grande participantes na greve geral de 1934, marinheiros da Organização Revolucionária da Armada (ORA), socialistas, anarcossindicalistas e uma boa parte dos membros do Comité Central do PCP (PIMENTEL, 2007: 431). Importa referir que muitos destes presos já tinham cumprido as suas penas e outros nem tinham sido julgados.

De 1936 a 1954 contabilizaram-se a chegada de mais de 250 presos em cerca de 18 levas, sendo o campo encerrado, só voltando a ser reaberto a partir de 1961 para o acolhimento de presos oriundos dos movimentos de libertação das colónias africanas (PIMENTEL, 2007: 431). No total, neste campo, morreram 32 prisioneiros, vítimas dos maus-tratos, mas, sobretudo, pela falta de assistência médica para as doenças causadas pelo clima cabo-verdiano.

Quanto à sua estrutura, o estabelecimento prisional era constituído por uma planta retangular, de duzentos metros de comprimento por cento e cinquenta de largura, rodeada de arame farpado (passou a ser rodeada de paredes grossas construídas pelos próprios presos) e contornada por uma vala de quatro metros de largura e três de profundidade.

O interior do edifício era composto por quatro barracões sem higiene, algumas barracas de madeira, onde se encontravam as oficinas e o balneário, uma cozinha sem condições e algumas árvores (*Dossier Tarrafal*, 2006: 77-78). O pior castigo estava relacionado com uma das estruturas deste edifício, a “frigideira⁹” de cimento, onde os prisioneiros tinham a sensação de durante o dia estarem dentro de um “forno” e de noite dentro de um “frigorífico” (PIMENTEL, 2007: 431).

1.1.6. O Depósito de Presos de Angra do Heroísmo: O papel dos Açores na repressão salazarista

⁹ Pequeno edifício de planta retangular situado no centro do campo.

No arquipélago dos Açores também existiu um complexo prisional que albergou presos do regime salazarista, cerca de 650 entre 1933 e 1943 (URAP, 2022: 9). Estamos a falar da Fortaleza de São João Baptista em Angra do Heroísmo, na ilha Terceira.

Também denominado de “Depósito de Presos de Angra”, a fortaleza militar Filipina do século XVI, foi transformada a partir de 1933, pelo Estado Novo, em prisão política¹⁰, direcionada aos presos considerados mais rebeldes e perigosos. Começou a funcionar de forma sistemática a partir do dia 22 de novembro de 1933, com a chegada de 143 presos políticos vindos do continente português. Estava assim concretizado o Decreto-Lei n.º 23:203, de novembro deste mesmo ano, que instituía as penas de desterro para presos de delito político a serem cumpridas em recinto fortificado ou então em uma colónia penal nas ilhas pertencentes a Portugal (URAP, 2022: 93).

Esta primeira “leva” de presos é talvez a mais caracterizadora dos objetivos que levavam o governo português a atuar. A justificativa apresentada foi que a oposição estava a preparar um movimento revolucionário para eclodir durante as eleições espanholas e que o governo português estava a atuar na antecipação, desarmando o inimigo, que segundo este tinha em sua posse propaganda comunista. Assim sendo deslocava-se para uma ilha no meio do atlântico, votando-os ao isolamento, os piores elementos deste movimento. Provinham, na sua ampla maioria, das cadeias de Lisboa, do Porto, Santarém e de Peniche. Com estes presos também embarcaram um destacamento da GNR e outro da PVDE (URAP, 2022: 96-97).

Só passados dias, depois de já estarmos na Fortaleza de São João Baptista, é que tive possibilidades de informar a família do lugar onde me encontrava, embora tivessem podido sabê-lo através dos jornais, que publicaram em fins de Novembro, a lista dos nomes dos deportados, facto que eu ignorava, na altura (OLIVEIRA, 1987: 75).

¹⁰ A fortaleza já tinha funcionado como prisão política/militar nomeadamente durante o cativeiro do rei D. Afonso VI, no aprisionamento do Imperador de Giza (território localizado no atual Estado de Moçambique) Gungunhana e durante a I Guerra Mundial para prisioneiros alemães.

Esta cadeia açoriana também ficou conhecida por ser um local de “escala” de presos do continente para o Tarrafal, como foi o caso do então Secretário-Geral do PCP, Bento Gonçalves, que esteve preso neste local em 1935, sendo depois transferido para o Tarrafal em 1936 onde viria a falecer.

DATA	NAVIO	ANGRA DO HEROÍSMO	TRANSFERIDOS PARA O TARRAFAL
1933/11/22	QUANZA	143	2
1934/09/08	LIMA	72	28
1934/09/23	CARVALHO DE ARAÚJO	61	13
1935/03/23	CARVALHO DE ARAÚJO	13	7
1935/06/08	LIMA	20	11
1935/12/18	CABO VERDE	26	---
1936/10/23	LOANDA	155	79
1937/08/23	CARVALHO DE ARAÚJO	42	---
1937/10/23	CARVALHO DE ARAÚJO	20	---
1938/05/23	CARVALHO DE ARAÚJO	10	---
1938/06/08	LIMA	16	---

Tabela 1 – As principais levas de deportados para Angra do Heroísmo. Dados compilados pela URAP (URAP, 2022: 95)

1.2. Os Prisioneiros: Os que se contam, os mortos e os esquecidos.

Se hoje alguém quiser ter uma ideia sobre quantos presos políticos foram retidos nas prisões da ditadura e por quanto tempo, quantos foram ou não julgados, que rostos tinham, ninguém de boa-fé, poderá afirmá-lo com rigor (FARINHA, 2019: 117).

Este excerto é bastante significativo daquilo que foi o clima de terror instituído pelo regime de Salazar, na medida em que, apesar de existirem alguns dados parcelares sobre a quantidade de pessoas encarceradas nos estabelecimentos prisionais do Estado Novo, boa parte ficou fora destes registos. Ora por não resistirem às torturas e aos interrogatórios, ora por nunca lhes ser efetuado um registo formal de culpa. Na verdade,

muitos nem eram presentes a juiz, eram capturados na calada da noite, obrigados a confessar tudo, mesmo o que não sabiam e presos logo de seguida.

Recorrendo novamente ao artigo de Luís Farinha (2019), *As Prisões da P.I.D.E.*, podemos perceber que entre 1933 e 1945 foram julgados e condenados, pelo Tribunal Especial de Lisboa, cerca de 13 806 presos, sendo a grande maioria condenada por crimes políticos.

O mesmo autor refere que, entre 1934 e 1939, existiu a primeira grande vaga repressiva, motivada pelas revoltas do “revirinho”, pelo recrudescimento do movimento anarcossindicalista (Revolta da Marinha Grande, como grande expressão deste movimento) e pela refundação do movimento comunista português centrado na ação do PCP. Também não é de descurar os efeitos que a Guerra Civil Espanhola possa ter tido nesta vaga de prisões, na medida em que entre 1936 e 1939 existiram 9 575 prisões sendo registadas 25 mortes (FARINHA, 2019: 126-127).

Também Irene Pimentel (2007) propõe-nos dados relativos aos aprisionamentos políticos do Estado Novo. A autora, citando Fernando Rosas, apresenta para o período entre 1933 e 1939, cerca de 9 950 presos, número similar aos de Luís Farinha. Recorrendo-se dos dados da Comissão do Livro Negro do Regime Fascista (CLNRF), apresenta, para o período de 1933 a 1945, um total de 17 000 prisioneiros políticos, sendo os anos de 1936 e 1937 aqueles de maior repressão (PIMENTEL, 2007: 417).

Ainda segundo os dados da CLNRF, entre os anos de 1945 e 1960 existiram 6 097 presos. Porém, a mesma autora contraria estes últimos dados, afirmando que para o último período existiram cerca de 12 000 presos, incluindo todas as prisões registadas pela PIDE, o que representava quer num caso quer no outro uma diminuição face aos números da década de 1930 (PIMENTEL, 2007: 417).

Pimentel (2007: 417), alargando os dados de 1945 até 1974, apresenta um número total de 19 708 prisões políticas, num total de 12 385 presos, visto que muitos foram presos várias vezes. Estes números representavam uma progressiva diminuição do número de presos após o fim da II Guerra Mundial, o que não deixa de ser significativo da importância que a vigilância internacional representava para o regime. Apesar

desta diminuição, houve períodos em que a repressão recrudesciu, sobretudo no primeiro período de crise do regime (1945-1949), nas eleições presidenciais de 1958, nos anos iniciais da Guerra Colonial e na crise estudantil de 1962. Esta última contou com mais de 2 000 presos (PIMENTEL, 2007: 418-419).

A realidade demonstra que milhares de pessoas passaram pelas prisões do regime, mesmo não se sabendo os números exatos. Para o imaginário comum ficaram aqueles que por motivos políticos lá estiveram, como Álvaro Cunhal ou Mário Soares, mas também muitas figuras da cultura, como por exemplo José Mário Branco ou Miguel Torga. Porém a repressão estendeu-se a muitos mais: vidreiros, sapateiros, médicos, jornalistas, funcionários públicos, comerciantes, operários, etc. Foram demasiados e, a maior parte, muito jovens.

2. O Manual Escolar na disciplina de História

2.1. O que é um Manual Escolar?

O manual escolar é um livro elaborado intencionalmente para o ensino-aprendizagem de uma determinada disciplina em contexto escolar (AFONSO, 2013: 35).

O capítulo que agora se inicia constitui-se como uma segunda parte teórica, distinta da primeira, mas inteiramente complementar. O manual escolar é, talvez, o principal instrumento de trabalho de professores e alunos. Ele, regra geral, reflete o currículo de cada país e as suas respetivas orientações programáticas.

Enquanto auxiliar no desenvolvimento do currículo, o manual escolar exerce um grande poder sobre os professores e os alunos, sobretudo no que diz respeito ao desenvolvimento dos seus valores, crenças e conhecimentos. É veículo de valores intelectuais, sociais, afetivos, estéticos e espirituais de acordo com os padrões sociais e culturais da sociedade em que se insere (AFONSO, 2013: 36), sendo, por isso mesmo, também ele, uma construção social.

Tem uma autoridade que dificilmente conseguimos encontrar em outros livros ou materiais pedagógicos e, neste sentido, tem como consequência substituir muitas vezes as decisões pedagógicas dos docentes, tornando-se uma espécie de espelho crítico da práxis educativa. Esta substituição, como é natural, pode trazer problemas, sobretudo quando falamos da uniformização de determinadas práticas educativas, que não têm em conta o contexto particular de cada estabelecimento de ensino ou região (DUARTE, MOREIRA, 2021: 114).

A uniformização das práticas pedagógicas não são por si só totalmente negativas: porém, tendem a negar à prática educativa contributos vindos de outros quadrantes, “impondo” aos alunos e professores um “discurso neutro” que, no caso da História, é, muitas vezes um entrave ao sucesso do processo de ensino-aprendizagem. Na verdade, este discurso neutro não existe nem na teoria nem na prática, uma vez que os manuais escolares têm uma função difusora de saber, mas um saber que reflete, na maioria das

vezes, as ideias e valores dos setores mais influentes da sociedade. Atendamos ao caso concreto de Portugal e à definição de manual segundo a lei:

Recurso didático – pedagógico relevante, ainda que não exclusivo, do processo de ensino-aprendizagem, concebido por ano ou ciclo, de apoio ao trabalho autónomo do aluno que visa contribuir para o desenvolvimento das competências e das aprendizagens definidas no currículo nacional para o ensino básico e secundário, apresentando informação correspondente aos conteúdos nucleares dos programas em vigor, bem como propostas de atividades didáticas e de avaliação das aprendizagens, podendo incluir orientações de trabalho para o professor¹¹.

É uma definição bem desenvolvida e bastante completa, mas a prática real demonstra que não reflete na totalidade o que é verdadeiramente um manual escolar – nem sabemos se isso é possível –, sobretudo o de História.

Os manuais escolares são um recurso valioso nas práticas educativas, é inegável. Contudo, a análise dos seus conteúdos e até mesmo dos seus objetivos não pode ser ingénuo, porque implícita ou explicitamente estes introduzem, como já referido, uma narrativa que satisfaz os grupos dominantes da sociedade. Os manuais condicionam os saberes que serão abordados e a forma como docente se posiciona dentro de uma sala de aula. A História não é exceção!

2.2. O manual escolar e o ensino da História

Entende-se o conhecimento histórico como decorrente de uma construção rigorosa, resultante da confrontação de hipóteses com os dados obtidos na pesquisa e na crítica exaustiva de fontes diversificadas, circunscritas num tempo e num espaço identificadas. [...] Perfilha-se, assim, uma conceção de História abrangente das diversas manifestações da vida das sociedades

¹¹ PORTUGAL. Assembleia da República (2006). Lei n.º 47/2006, de 28 de agosto. «Diário da República Série I». 165 (2006-08-28) 6213 – 6218. Define o regime de avaliação, certificação e adoção dos manuais escolares do ensino básico e do ensino secundário, bem como os princípios e objetivos a que deve obedecer o apoio socioeducativo relativamente à aquisição e ao empréstimo de manuais escolares. A Lei n.º 47/2006, no seu artigo 3.º alínea a), apresenta significativas alterações na definição de manual escolar e na forma como se entende o percurso escolar do aluno.

*humanas, sensível à interação entre o individual e o coletivo e à multiplicidade de fatores que, em diversos tempos e espaços, se tornaram condicionantes daquilo que hoje somos*¹².

A elaboração dos manuais e a adoção dos mesmos está intimamente ligada aos objetivos e finalidades dos currículos de cada país. No caso concreto de Portugal, o *Programa de História A* de 2001 define, em traços gerais, os objetivos da disciplina para o Ensino Secundário, enquanto para o 3.º Ciclo as *Aprendizagens Essenciais* substituíram, em 2021¹³, as *Metas Curriculares* de 2013¹⁴ que, por sua vez, eram alicerçadas no *Programa de História para o 3.º Ciclo do Ensino Básico* de 1991.

Baseando-se nos documentos acima mencionados foram homologadas em 2018, pelos despachos n.º 6944-A/2018, de 19 de julho e n.º 8476-A/2018, de 31 de agosto, as *Aprendizagens Essenciais* do 3.º Ciclo e Ensino Secundário. Sendo definidas como “documentos de orientação curricular base na planificação, realização e avaliação do ensino e da aprendizagem, e visam promover o desenvolvimento das áreas de competências inscritas no *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*¹⁵”.

Mas uma pergunta subsiste. De que forma estes documentos normativos influenciam os manuais de História? No passado e no presente? A resposta a esta pergunta evidencia os problemas de construção do manual de uma disciplina que é podia ou devia ser ao mesmo tempo uma forma de ver o mundo.

Se nos desligarmos documentos normativos portugueses, podemos verificar que, do ponto de vista histórico, a maioria dos manuais de História, é construído segundo uma linha tendencialmente positivista e normativa que, muitas vezes, acaba por

¹² *Programa de História A* (2001).

¹³ Através do Despacho n.º 6605-A/2021, assinado pelo Secretário de Estado João Costa e publicado em Diário da República no dia 6 de julho de 2021, foram revogadas as metas curriculares e demais documentos curriculares, ficando como referencial curricular as *Aprendizagens Essenciais* e o *Perfil do Aluno*.

¹⁴ *As Metas Curriculares de História procuram, a partir do Programa de História para o 3.º Ciclo do Ensino Básico (1991) em vigor, definir conteúdos fundamentais, atualizados cientificamente, que devem ser ensinados aos alunos, constituindo-se um objeto primordial na estruturação do ensino da disciplina e um referente para os membros da comunidade educativa.* In *Metas Curriculares de História para o 3.º Ciclo do Ensino Básico* (2014).

¹⁵ *Aprendizagens Essenciais*. “Direção Geral da Educação”. [Consult. 1 de janeiro de 2023]. Disponível em: <http://www.dge.mec.pt/aprendizagens-essenciais-0>.

constranger tanto professores como alunos na possibilidade da construção de realidades próprias e por colocar em causa o próprio manual aquando da sua adaptação às diferentes dimensões dos contextos da sua utilização.

No caso do professor, este constrangimento resulta em larga medida da pouca autonomia da profissão e dos insuficientes tempos letivos da disciplina, sobretudo quando falamos do 3.º Ciclo, o que obriga que este se encontre cada vez mais dependente de um manual, que, no caso da História, se faz maioritariamente de “significados inerentes a um tempo linear, ao progresso civilizacional ao espaço da virtude e, pois claro, à memorização de nomes, das datas e das explicações fixas mais heroicas e relevantes” (DUARTE, MOREIRA, 2021: 117). Estes fatores conduzem muitas vezes à aplicação dogmática das propostas do manual sem a realização do necessário questionamento desta fonte (AFONSO, 2013: 36).

Por estes e por outros fatores, entende-se que o ensino da História, no contexto de sala de aula, tem de privilegiar a contemplação e o aperfeiçoamento da consciência histórica, ou seja, e por outras palavras, o ensino da História espelhado nos seus manuais tem de atribuir relevância prática ao presente. A aquisição de competências específicas como a empatia histórica ou a causalidade dos fenómenos reveste-se de significativa importância para a compreensão da realidade histórica por parte dos alunos. A não ser assim, a disciplina está condenada.

Isto não pressupõe a defesa da “anarquia” em que cada professor leciona aquilo que pretende ou que os manuais de História são os únicos responsáveis pelos eventuais insucessos na transmissão e receção do saber. Não, isto significa que o manual de História tem de ser cada vez mais flexível, sobretudo se queremos um ensino da disciplina que corresponda à complexidade da vida humana e do exercício responsável da cidadania.

Este alargamento do campo historiográfico tem vindo, porém, a evidenciar a inevitável revisibilidade do conhecimento ou mesmo a dificuldade em elaborar sínteses de grande dimensão, outrora julgadas possíveis, aspeto que parece tornar complexa a

*seleção dos domínios que devem ser estabelecidos como objeto de estudo, no ensino secundário*¹⁶.

Se analisarmos o caso concreto dos manuais de História A, convém referir que após a reforma curricular de 2001 do ensino secundário, a linha adotada está assente numa visão muito mais construtivista. Numa opção clara pela análise das fontes, sugerindo o envolvimento dos alunos em experiências de aprendizagem significativas (AFONSO, 2013: 30).

Esta vertente pedagógica construtivista teve e tem reflexo nos manuais, sobretudo quando falamos deste nível de ensino. Porém, a linha positivista ainda está muito presente tanto no processo de ensino de professores, como na receção da aprendizagem por parte dos alunos.

Mas analisemos então os manuais de História A e a sua abordagem à temática, objeto de estudo deste trabalho.

2.3. Manuais de História e as prisões políticas de Salazar

A fase do trabalho que se segue procura fundir as duas componentes teóricas do trabalho. Estando analisada a dimensão social das prisões e dos presos políticos na sociedade portuguesa do século XX e compreendidas as virtudes e limitações dos manuais escolares em relação ao ensino da História, convém agora perceber de que forma estes representam estas figuras.

Antes de partirmos para a análise dos manuais é necessário, mais uma vez, observar o que nos dizem o *Programa de História A* e as *Aprendizagens Essenciais de História A* para o Ensino Secundário. Nos documentos citados não encontramos uma refe-

¹⁶ *Programa de História A* (2001).

rência direta às prisões políticas. Todavia, temos de ter em conta que se trata de documento-síntese e, por isso mesmo, nem tudo, como é evidente pode lá estar explanado diretamente.

Quanto ao *Programa de História A*, apesar das referências à “radicalização das oposições¹⁷”, este é omissivo em relação ao aparelho repressivo do Estado Novo, o que, por sua vez, não acontece nas *Aprendizagens Essenciais de História A*. Estas definem claramente como uma das aprendizagens essenciais “Reconhecer que o Estado Novo foi um regime autoritário que adotou mecanismos repressivos das liberdades individuais e coletivas¹⁸”.

Mas, será que as prisões do Estado Novo estão representadas nos manuais de História? Para uma primeira tentativa de responder a esta pergunta privilegiou-se a análise de dois dos manuais de História A¹⁹ mais utilizados nas escolas portuguesas, abaixo referidos como *manual X* e *Y*.

Começando pelo *manual X* é possível perceber que este enquadra as prisões políticas no seu primeiro volume no capítulo “2.5. Portugal: O Estado Novo” e no subcapítulo “2.5.1. O Triunfo das Forças Conservadoras”. Neste capítulo e subcapítulo são abordadas as razões que levaram ao golpe de 28 de maio de 1926, os seus objetivos e os setores da sociedade que o apoiaram, para de seguida se falar na chegada de António de Oliveira Salazar ao poder e da forma como ele institucionalizou e consolidou a ditadura. São então desenvolvidos de uma forma geral os princípios do salazarismo: “A progressiva adoção do modelo fascista italiano nas instituições e no imaginário político”, o “Estado autoritário, antidemocrático, antiliberal, antiparlamentar e antipartidário”, o “Estado nacionalista, tradicionalista e conservador”, o “Estado repressivo” e o “Estado doutrinator e enquadramento de massas”. Em todos os pontos é apresentada uma síntese dos conteúdos e algumas propostas de exercícios.

¹⁷ *Programa de História A*, 2001: 55.

¹⁸ *Aprendizagens Essenciais História A 12.º Ano*, 2018: 10.

¹⁹ Mais uma vez, é importante referir que a opção pela análise dos manuais de História A se deveu a este núcleo de estágio apenas ter turmas de Ensino Secundário.

É no princípio do “Estado repressivo” que surgem as prisões políticas, sendo sintetizadas as formas de tortura e os meios utilizados pela polícia política. É dito que “Muitos dos presos políticos eram enviados, sobretudo, para as prisões de Caxias e de Peniche, e para os Campos de Concentração de S. Nicolau e do Tarrafal, ambos em Cabo Verde, ou para o Campo de Machava, em Moçambique”. Também é apresentado um exemplo de uma ficha de preso no Tarrafal e dois documentos, um com um excerto do decreto-lei que fixava a criação da PVDE e um outro com excertos de depoimentos de vítimas de repressão pela polícia política, no caso Álvaro Cunhal e José Lamego.

No que toca ao *manual Y* o enquadramento do tema segue a mesma orientação programática, embora com diferenças significativas no sistema organizacional do manual o que se reflete na abordagem do tema. Este manual privilegia a utilização de documentos o que, por sua vez, faz com que o texto de apoio seja mais resumido.

As prisões políticas são enquadradas no princípio “O aparelho repressivo do Estado” e a narrativa apresenta algumas diferenças. Não sintetiza as formas de tortura e nem é tão aprofundado no seu conteúdo, fazendo apenas referência que “As maiores vítimas foram os militantes e simpatizantes do Partido Comunista Português”, que “as vítimas da polícia política podiam permanecer longos meses (e anos) sem culpa formada” e que “Tristemente célebres ficaram as prisões de Caxias e de Peniche e o Campo de Concentração do Tarrafal, na ilha de Santiago, em Cabo Verde”. Quanto aos documentos sobre o tema, estes não acompanham o texto principal, preferindo os autores remetê-los para um *Dossiê* informativo e de trabalho de duas páginas, com a denominação de “Repressão e Violência no Estado Novo”.

Este *Dossiê* é a grande riqueza do *manual Y* em relação ao *manual X*. Se o texto informativo não apresenta grande desenvolvimento, por sua vez, este apêndice documental é superior em termos de diversidade e qualidade de fontes em relação ao primeiro manual referido. Apresenta diversos tipos de fontes, desde testemunhos a imagens dos presos políticos, as condições das prisões e o sofrimento infligido pelo regime salazarista à oposição.

Em traços gerais podemos concluir que ambos os manuais aprofundam mais as linhas definidas pelo *Programa de História A*, de 2001, e que o *manual Y* é mais rico na forma como intervém nesta temática.

Importa dar conta que, no ano letivo 2023/2024, vão ser adotados novos manuais escolares nesta disciplina.

3. Contexto da Intervenção

O presente trabalho foi realizado no núcleo de estágio da Escola Básica e Secundária de Velas, da ilha de São Jorge.

Pertencente à Região Autónoma dos Açores (RAA), a ilha de São Jorge é uma das ilhas com menor população do arquipélago português. Está dividida em dois concelhos, Velas e Calheta sendo estes subdivididos em seis e cinco freguesias, respetivamente.

A economia da ilha mais estreita da região tem como suporte o setor leiteiro, nomeadamente a produção de queijo. Embora com carácter sazonal, o turismo de natureza também se tem vindo a revelar-se como fonte de riqueza.



Figura 2 – Ilha de São Jorge. Fonte: <https://randomtrip.pt/guia-sao-jorge-acores/>

Situada a meio do território insular, esta, como refere Avelino de Meneses (2013), é historicamente a parte mais independente do arquipélago, encontrando-se no meio de duas realidades distintas: de Santa Maria à Graciosa – maior humanização e dinamismo e a parte mais a oeste – mais virgem e mais arcaica.

São Jorge está dividida em duas parcelas territoriais distintas, a serra e a fajã²⁰, a maioria dos solos de grande dimensão estão situados a 500m de altitude, o que explica

²⁰ Fajãs é um nome dado a pequenas planícies à beira-mar que tiveram origem em desabamentos de terras ou erupções vulcânicas onde se formaram pequenas aldeias.

a apetência das gentes da ilha em se converterem à exploração pastorícia. As fajãs, por seu turno, sobretudo as localizadas na costa sul da ilha, apresentam um clima propício à plantação de vinhas, pomares e até de culturas exóticas como mais recentemente o café (MENESES, 2013: 21).

Esta dicotomia entre a serra fria e húmida e as fajãs quentes e “abrigadas” faz que, pese embora a relativa melhoria das condições de vida após a consagração autonómica de 1976 e a entrada de Portugal para a Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1986, mesmo hoje em dia se pratique um certo “regime de transumância²¹” entre o norte e o sul e fajãs.

Quanto à sua população, ao longo das décadas tem apresentado tendências bem diversas. Aquando do povoamento, o crescimento populacional apenas suplantava ilhas como as Flores, Pico e Corvo. Entre os séculos XVII e o XIX apresentou um crescimento assinalável, atingindo o seu auge em 1878, com 18 484 habitantes. Todavia, e apesar de uma retoma nas décadas de 20 e 30 do século XX, a tendência tem sido para um decréscimo acentuado. Entre 1878 e 2011 a ilha já tinha perdido cerca de 50% da população (CHAVES, COSTA, SILVA, 2014: 43).

Tendo em conta os Censos 2021 e, segundo o Instituto Nacional de Estatística²² (INE), o concelho da Calheta possui 3 441 habitantes. Já o Concelho de Velas conta atualmente com 4 940 pessoas. A Ilha de São Jorge totaliza 8 381 habitantes.

Quanto ao ensino, ilha conta com três estabelecimentos de Ensino Básico (1.º ao 3.º Ciclo), a Escola Básica e Secundária de Velas, a Escola Básica e Secundária da Calheta e a Escola Básica e Integrada da Vila do Topo, sendo que as duas primeiras também possuem ensino secundário. Também, no concelho de Velas, podemos encontrar a Escola Profissional da ilha de São Jorge.

²¹ Atualmente, já não é tão comum devido aos melhoramentos técnicos e das condições de habitabilidade no lado norte da ilha, contudo até há bem pouco tempo era os habitantes do lado norte irem passar o inverno a fajã durante os três meses de inverno (janeiro, fevereiro e março).

²² *Censos 2021: Principais resultados preliminares, 2021: 2.*

3.1. Escola Básica e Secundária de Velas²³



Figura 3 – Escola Básica e Secundária de Velas. Fonte: Carta Educativa do Município de Velas.

A Escola Básica e Secundária de Velas é uma instituição de ensino público localizada no concelho de Velas. É a escola com maior população escolar (alunos, pessoal docente e não docente) da ilha de São Jorge. Pese embora a grande perda de alunos nos últimos anos, neste estabelecimento de ensino são lecionados todos os ciclos de educação básica, o Ensino Secundário e o Ensino Profissional PROFIJ²⁴ II (3.º Ciclo) e IV (Ensino Secundário).

²³ O novo edifício da EBS de Velas foi inaugurado no dia 13 de setembro de 2015.

²⁴ CURSOS PROFIJ: No âmbito do Programa Formativo de Inserção de Jovens (PROFIJ), constituem-se como uma modalidade de ensino ao dispor dos jovens que pretendem concluir os estudos de nível básico (PROFIJ, nível II) ou secundário, com recurso a um percurso escolar de carácter iminente prático e com vista a inserção dos jovens no mercado de trabalho permitindo, igualmente, o acesso ao nível de ensino subsequente. Os cursos de formação profissional no âmbito do PROFIJ, nível IV, tratam-se de cursos de dupla certificação, que conferem habilitação académica de 12.º ano e qualificação profissional de nível IV. Os cursos de formação profissional no âmbito do PROFIJ, nível IV, contemplam duas vias (tipo 4 e tipo 6) consoante as condições de acesso dos alunos. Criados pela Resolução n.º 216/97, de 13 de novembro, e regulamentado pela Portaria n.º 41/2010, de 23 de abril.

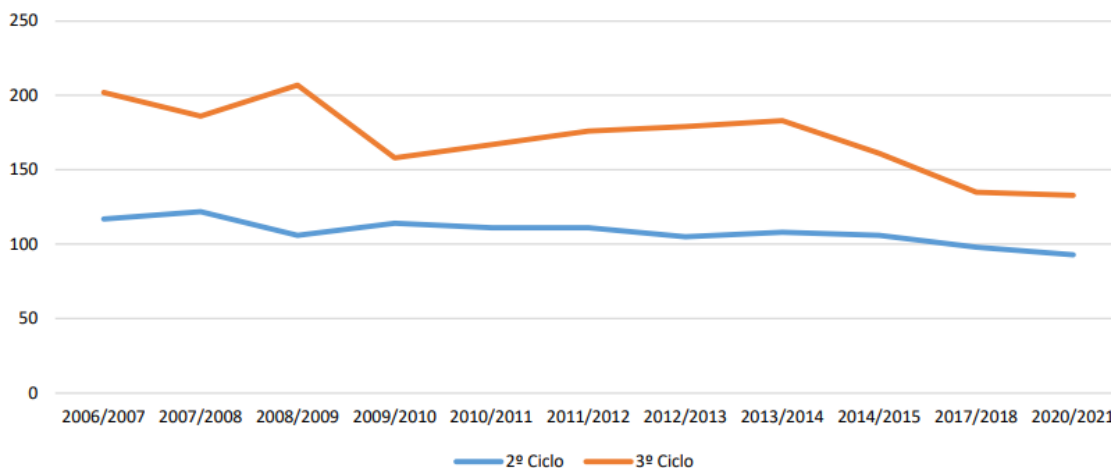


Gráfico 1 – Evolução do n.º de Alunos no 2.º e 3.º ciclo do Concelho de Velas Ano letivo 2006/2007-2020/2021. Fonte: Carta Educativa do Município de Velas

Desde o ano letivo de 2006/2007 que os 1.º e 3.º Ciclos englobam a maior quantidade de alunos inscritos. O número de matrículas tem oscilado bastante desde 2006/2007, porém mantendo sempre uma tendência decrescente, o que acaba por ser expectável tendo em conta a perda populacional da ilha. O Ensino Secundário mantém a tendência.

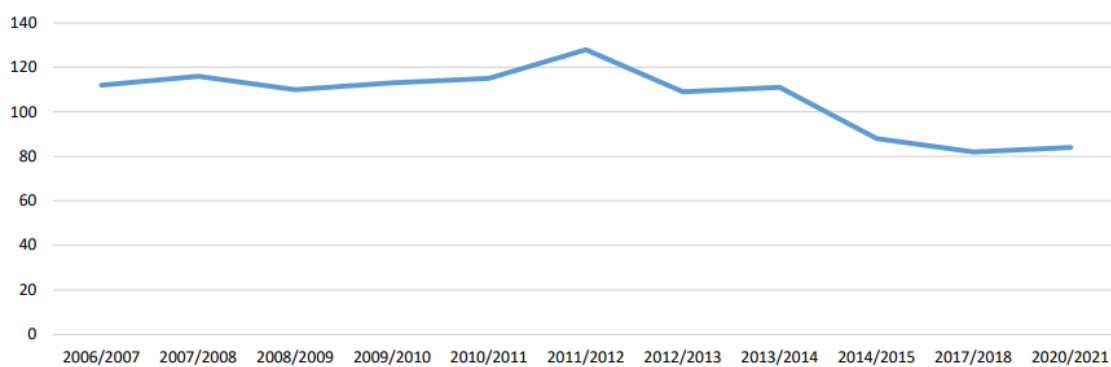


Gráfico 2 – Evolução do n.º de Alunos no Ensino Secundário no Concelho de Velas Ano letivo 2006/2007-2020/2021. Fonte: Carta Educativa do Município de Velas

Atualmente, a EBS de Velas, englobando o edifício Escola Básica e Jardim de Infância (EB1/JI) da Urzelina, possui cerca de 563 alunos. A EB1/JI da Urzelina detém apenas 32 alunos divididos entre o 1.º ano e o 4.º ano, enquanto a EBS de Velas concentra os restantes 531 alunos. Destes 531 alunos, 179 pertencem ao 1.º Ciclo (para além do

normal 1.º ao 4.º ano ainda fazem parte do 1.º Ciclo uma turma DOV/PP²⁵ e uma turma TPCA²⁶), 80 alunos do 2.º Ciclo, 122 do 3.º Ciclo, 88 do Ensino Secundário (Cursos Científico-Humanísticos), 21 alunos dos cursos PROFIJ II e 31 alunos dos cursos PROFIJ IV.

No respeitante à oferta letiva para ano letivo de 2022/2023, a EBS de Velas ofereceu os Cursos Científico-Humanísticos de Artes, Línguas e Humanidades, Ciências Tecnológicas e Ciências Económicas e ainda os cursos PROFIJ II de Operador Apícola e PROFIJ IV de Turismo Ambiental e Rural. Desta oferta apenas não foram abertos o Curso Científico-Humanístico de Línguas e Humanidades (1.º vez desde que o curso é oferecido pela escola) e o curso PROFIJ IV de Turismo Ambiental e Rural devido à falta de inscrições.

3.2. Caracterização da Turma

A turma que colaborou na realização deste estudo foi uma do 12.º ano do Curso Científico-Humanístico de Línguas e Humanidades. Inicialmente composta por seis alunos, esta foi alvo de uma anulação de matrícula logo a meio do 1.º semestre letivo. Destes cinco alunos, quatro são do sexo feminino e um do sexo masculino. Quatro destes alunos nasceram em 2004, tendo reprovado um ano ao longo do seu percurso escolar. Apenas um é nascido em 2005. São todos maiores de idade à data de entrega deste Relatório de Estágio.

É (ou eram) uma turma bem-comportada, mas com imensas dificuldades em expressar pensamentos e ideias. Do ponto de vista da assiduidade e da pontualidade apenas um aluno apresentava elevados níveis de absentismo escolar, prejudicando-o gravemente no desenvolvimento e acompanhamento das matérias lecionadas.

²⁵ Despiste de Orientação Vocacional.

²⁶ Turma com Projeto Curricular Adaptado.

4. Mas como assim? As Prisões Políticas não são coisas de séries?

A componente prática deste Relatório de Estágio desenvolveu-se em três fases. Iniciou-se com um *focus group* (**Primeira Etapa**) combinado com a lecionação de uma aula (**Segunda Etapa**) e concluída com a entrega de um trabalho escrito (**Terceira Etapa**). Este último deveria ter em conta as duas componentes iniciais. Iniciemos este capítulo por compreender o que é exatamente um *focus group*.

4.1. Focus Group: O que é?

O focus group, embora encontre as suas raízes históricas em Robert King Merton, mais precisamente no ano de 1941, é uma forma de recolha de dados que só a partir da década de 1980 se desenvolveu mais intensamente como importante estratégia de pesquisa por parte dos cientistas sociais. (GALEGO, GOMES, 2005: 174)

A utilização da metodologia do *focus group* tem vindo a crescer desde o século XX, sendo aplicada em diferentes contextos de investigação, inclusive na área do ensino. O *focus group* ou grupo de discussão é, segundo diversos autores, uma técnica de investigação que visa a recolha de dados qualitativos através da discussão de um determinado assunto apresentado por um investigador (KEATING, SILVA, VELOSO, 2014: 177).

Para além de ser dirigido à recolha de dados qualitativos tem como outras características a definição da discussão do grupo como fonte da recolha de dados e o reconhecimento do papel do moderador²⁷ e/ou investigador como dinamizador da discussão. É aplicado normalmente a um grupo de pessoas com algum tipo de característica em comum e tem como grande objetivo contribuir para o esclarecimento ou compreensão do assunto discutido (KEATING, SILVA, VELOSO, 2014: 177).

Pode ser combinado com outros métodos de recolha de informação, como o inquérito ou a entrevista e ser utilizado em diferentes fases da investigação. No caso deste

²⁷ No caso concreto deste Relatório de Estágio o papel do moderador é assumido pelo docente estagiário.

Relatório de Estágio, funcionou como elemento introdutório de uma nova matéria, procurando ser uma espécie de levantamento de ideias prévias dos alunos, sendo posteriormente combinado com outras duas atividades, a lecionação de uma aula e a entrega de um trabalho individual.

Convém realçar que, regra geral, pode adotar uma de três formas de estruturação, uma pouco ou nada estruturada, uma moderadamente estruturada e outra mais estruturada na qual o moderador mantém unicamente o foco na obtenção de respostas às perguntas previamente definidas (KEATING, SILVA, VELOSO, 2014: 180-181). Optou-se por uma abordagem moderadamente estruturada, onde se iria, passo a passo, afunilando o debate, começando por perguntas mais abertas, progredindo para perguntas mais fechadas, uma vez que se tinha a consciência de que o grupo poderia ter dificuldades de orientação e de formulação opiniões se não fosse devidamente estimulado nos momentos adequados.

Outros dos aspetos importantes a considerar é a escolha e o tipo do grupo, tendo este de ter algo em comum. Para o caso a característica comum é o facto de todos eles serem alunos de História A.

4.1.1. *Focus Group*: vantagens e limitações

Como em qualquer instrumento de investigação este é feito de vantagens e de desvantagens. Duas das grandes vantagens do *focus group* são permitir fornecer dados de um grupo muito mais rapidamente e com menos gastos do que se essa informação tivesse sido obtida através de outros métodos de investigação (KEATING, SILVA, VELOSO, 2014: 179). Também a sua flexibilidade é vista como uma vantagem, na medida em que pode ser utilizado em diversos contextos, com tópicos bastante distintos e com uma grande variedade de indivíduos.

As suas desvantagens estão centradas no papel do moderador e no tópico que se escolhe para trabalhar. Na primeira limitação, a ideia é a seguinte: Se o moderador é quem estimula o debate de que forma este não poderá condicionar a dinâmica deste e a opinião dos indivíduos, desvirtuando assim a discussão. Para além do moderador, a

escolha do tema a trabalhar também pode ser alvo de desvirtuamento durante debate, tendo em conta o que certos autores indicam sobre alguns tópicos “sensíveis” que não podem ser aplicados a determinadas categorias de participantes (KEATING, SILVA, VELOSO, 2014: 179).

4.1.2. Focus Group: Enquadramento metodológico da sua aplicação

A adoção da metodologia de investigação de *focus group* articulada com a lecionação de uma aula e a realização de um pequeno trabalho escrito, teve por base o reduzido tamanho da turma. Para a primeira fase da aplicação do conteúdo, adotou-se o modelo genérico do *focus group*, dividido em quatro fases: o planeamento, a preparação, a moderação, a análise dos dados e, por último, a divulgação dos dados.

O planeamento representou a definição dos princípios orientadores da atividade, estando estes intimamente relacionados como os objetivos finais do Relatório de Estágio. Também nesta fase procedeu-se à elaboração do guião-orientador (**anexo 1**) e à definição da forma como o moderador deveria atuar perante este grupo de alunos.

Uma vez que todos alunos acederam em participar na atividade, a fase da preparação teve como único propósito definir o lugar onde realizar a atividade. O lugar escolhido foi o palco do auditório da Escola Básica e Secundária de Velas, porque desde o início idealizou-se que esta escolha deveria ser exterior ao contexto de sala de aula, para gerar maior liberdade de intervenção e conforto aos alunos. Da mesma maneira, nas semanas que antecederam a realização do debate, foi-se dando conta aos alunos dos objetivos e da forma como se iria realizar a atividade.

Por sua vez, a moderação teve como linhas orientadoras a promoção do debate e a formulação de ideias por parte dos alunos, respeitando a sua opinião, mantendo a conversa, questionando e dando a oportunidade a todos de participar sem formular quaisquer juízos de valor sobre qualquer opinião emitida. Esta teria a duração de cerca de noventa minutos.

Concluída esta primeira componente da atividade prática, procedeu-se à análise dos dados. Constituída pela análise dos apontamentos²⁸ da moderação, por forma a que a aula a lecionar em momento *à posteriori* fosse ao encontro às necessidades identificadas pelo docente-moderador.

A fase da divulgação dos resultados corresponderá à redação e apresentação deste Relatório de Estágio. Corresponderá à confrontação entre o momento inicial do *focus group*, a aula lecionada e os trabalhos elaborados pelos alunos.

4.2. Primeira Etapa: O caminho faz-se discutindo

O *focus group* realizou-se no dia 8 de fevereiro de 2023 no auditório da EBS de Velas, entre as 10h20m e 11h50m, contando com a presença dos cinco alunos da turma do 12.º ano, o moderador e um outro professor de História. Dividiu-se esta sessão em três tipologias de perguntas que tinham como objetivo permitir a obtenção de dados de forma mais adequada, aferindo os conhecimentos dos alunos sobre o tema. Assim sendo, a sessão dividiu-se da seguinte forma:

1. Perguntas de âmbito geral;
2. Perguntas de enquadramento teórico sobre o Estado Novo;
3. Perguntas de enquadramento teórico sobre as Prisões do Estado do Novo;
4. A relação entre o manual de História e as Prisões do Estado Novo.

Iniciando-se pelas perguntas de âmbito geral, estas tiveram como propósito adaptar os alunos à metodologia de *focus group*. Neste sentido foram realizadas as seguintes questões pelo moderador:

- Gostam de História?
- Existe algum tempo da História em que tenham mais interesse?

²⁸ Por forma a compilar e facilitar a análise dos dados, o moderador (professor estagiário) pediu ao docente que acompanhou a atividade que este tomasse algumas notas sobre o debate. O objetivo, para além do respetivo registo da informação, era a comparação da informação recolhida por um e outro docente.

- Consideram que existem períodos da História que tem mais valor que outros? Quais?

Estando os alunos adaptados e devidamente enquadrados no que se pretendia, partiu-se para parte mais focalizada do objeto de estudo. Apesar do tema central do trabalho ser as prisões do Estado Novo e o seu espelho nos manuais de História A, não poderíamos partir para estes dois pontos, sem antes perceber quais as ideias que os alunos possuíam sobre o regime salazarista. Nesta medida, focou-se o estudo em três perguntas fundamentais:

- Quando vos falam do Estado Novo qual é a primeira coisa que vos vem à cabeça?
- Que relevância histórica atribuem ao Estado Novo?
- O que representa, do ponto de vista pessoal, o Estado Novo?

O objetivo destas questões era entender, por um lado, quais os sentimentos e ideias pré-definidas que despertava o Estado Novo nos alunos e, por outro, qual a relevância e pertinência histórica que eles atribuíam a este período histórico. Ressalva-se que alguns dos princípios ideológicos do Estado Novo já tinham sido lecionados por este mesmo professor e que, por isso mesmo, os alunos não estavam inteiramente às escuras.

Depois deste debate introdutório sobre o Estado Novo, partiu-se para a discussão da relação do Estado Novo com as suas prisões. Procurava-se assim saber quais as noções que os alunos tinham sobre esta relação. O que era para eles uma prisão política ou campo de concentração. Quais os seus conhecimentos sobre os estabelecimentos prisionais do Estado Novo, as suas condições físicas e materiais, quem eram os presos políticos do regime, qual e como foi a primeira vez que tinham tido conhecimento destes. As perguntas elaboradas foram as seguintes:

- O que é para vocês uma prisão política? Campo de concentração?
- Têm conhecimento de alguma prisão política do Estado Novo? Qual? Quais?
- Têm alguma ideia de como eram as condições destas prisões?

- Conhecem algum preso político do Estado Novo?
- Qual foi a primeira vez e onde é que ouviram falar destas prisões?

Aferido o conhecimento dos alunos sobre as prisões do regime, partiu-se para a quarta e última fase, onde se procurava perceber qual a importância que estes alunos atribuíam aos manuais e à relação destes com a temática. As perguntas orientadoras foram as seguintes:

- Qual a importância que atribuem ao manual de História para o vosso estudo?
- Nessa medida (tendo em conta a resposta anterior), de que forma consideram que o manual deveria abordar o tema das prisões políticas do Estado Novo?
- Consideram que este assunto devia ser merecedor de maior importância ou se deveria ser abordado de maneira diferente nas aulas de História?

A atividade pautou-se pela troca cordial de ideias e alguns momentos de debate mais aceso. Permitiu perceber que a maioria dos alunos tinham algumas dificuldades em falar sobre a temática, o que provocou a necessidade de modificação de alguns aspetos a abordar ainda durante a atividade e depois na aula sobre a temática. Mas vejamos então os resultados da atividade inicial!

4.2.1. Análise dos resultados do *Focus Group*

O capítulo que agora se inicia pretende fazer a súmula dos resultados obtidos após a realização do *focus group*. De modo a guardar o anonimato dos discentes, estes serão referenciados por letras e com género neutro.

A atividade iniciou-se com as perguntas de âmbito geral. Assim sendo, à questão “Gostam de História?” as respostas redundaram na mesma ideia “depende do tema, há partes que gosto mais do que de outras”. Ideia simples, mas significativa, tendo em conta que falamos de alunos que escolheram o percurso de Humanidades.

Quanto à segunda pergunta “Existe algum tempo da História em que tenham mais interesse?”, as respostas foram mais variadas, não existindo um par de alunos que tivesse preferência pelo mesmo tema. O *Aluno A* revelou um gosto especial pela Antiguidade Clássica, justificando a sua escolha pela mitologia greco-romana e pela riqueza da literatura produzida, mas também por considerar que o tempo histórico que a seguiu foi mais pobre do ponto de vista cultural e material. O *Aluno D*, por sua vez, revelou ter preferência por temas do século XVIII e XIX, como as Revoluções Liberais Americana e Francesa, fundamentando a sua escolha pela aparente facilidade de compreender estes conteúdos ao invés dos conteúdos do 12.º ano, os quais considerou mais difíceis. Já o *Aluno E* identificou a Idade de Média como a sua predileta, por considerar ser a época histórica onde se deram a formação das nacionalidades europeias, da mesma forma que também revelou preferência pela História do século XX, mais concretamente pelas Guerras Mundiais. Os *Alunos B e C* também realizaram a sua escolha, porém sem apresentar grande justificativa, o primeiro optou pelo século XX, por gostar de estudar “as guerras” e o segundo por gostar dos “loucos anos 20” e por considerar uma época de grandes transformações na sociedade ocidental.

A terceira questão desta série foi a que mais gerou debate. Consideram que existem períodos da História que tem mais valor que outros? Quais? Todos os alunos consideraram que não existiam “histórias” com mais importância que outras, alguns reforçando a ideia de que os acontecimentos históricos estão todos interligados e, por isso mesmo, o valor de dado acontecimento considerado “menor” é idêntico a de um considerado “maior”. Contudo, importa dar conta que o *Aluno A* referiu que os acontecimentos históricos mais recentes acabam por ser mais importantes na medida em que lhes causavam mais impacto na sua vida presente.

Realizadas as perguntas introdutórias ao *focus group*, partiu-se para a parte mais focalizada no objeto de estudo.

Quando questionados sobre o que lhes vinha à cabeça quando ouviam falar do Estado Novo, quatro dos cinco alunos escolheram a figura de António de Oliveira Salazar, sendo que apenas um referiu a palavra censura. Apesar da maioria referir a figura

do ditador, algumas das fundamentações acabaram por ser distintas. O *Aluno A* justificou a sua escolha pelo Estado Novo estar intimamente ligado a figura do seu líder. Os *Alunos B e C* concordaram com esta ideia, enquanto o *Aluno D* apontou o facto das consequências das políticas deste regime se estenderem até atualidade na sociedade portuguesa (sobretudo em termos da mentalidade dos portugueses). O *Aluno E* foi o único que divergiu destas ideias, apontando a figura de Salazar como sendo o grande defensor dos interesses nacionais, combatente dos imperialismos dos EUA e da URSS, aquando da Guerra Colonial.

Quanto à relevância histórica atribuída ao Estado Novo, todos os alunos acabaram por lhe atribuir bastante, todavia só dois justificaram a sua resposta. Falamos do *Aluno A* e do *Aluno E*, que acabaram a debater de que forma esta relevância deveria ser atribuída ao regime.

O *Aluno A* afirmou que a lembrança do Estado Novo fazia-o perceber que, talvez, se este não tivesse terminado provavelmente não estaria ali [escola], pelo menos nas condições em que está atualmente e que, no seu entender, era preciso falar do Estado Novo para saber-se qual o real valor da liberdade. Posto isto, o *Aluno E* retorquiu, afirmando que de facto estudar o Estado Novo tem muita importância, mas na medida em que foi um período histórico em que existiu uma real defesa dos interesses políticos, culturais e do povo português.

Existindo estas duas ideias distintas era importante explorar o porquê da sua existência e aqui deixou-se o debate fluir. Decidiu-se então aprofundar um pouco mais a discussão e divergir ligeiramente do plano inicial. É importante realçar que o *Aluno A* se sentiu desconfortável ao ouvir as opiniões do seu colega e, por isso mesmo, era importante compreender este desconforto.

O *Aluno A* afirmou que não gostava da defesa do nacionalismo salazarista efetuada pelo seu colega, afirmando que Salazar nunca defendeu o povo português. Alegou, inclusive, que este mesmo nacionalismo exacerbado contribuiu para o atraso e para o isolamento do país, acrescentando que, apesar do estado das finanças ser aparentemente bom, o desenvolvimento económico do país foi sempre deficitário, pois sempre

existiu quem passasse fome. Reagindo ao seu colega, o *Aluno E* afirmou que falava da defesa do povo no sentido em que o Estado Novo evitou que Portugal entrasse em guerras [II Guerra Mundial]. O *Aluno A* reagiu ironicamente a esta afirmação, afirmando que Salazar colocou Portugal numa Guerra Colonial devastadora em termos populacionais, provocando a morte de muitos jovens e o aumento da emigração.

Por fim, e dando por terminada esta discussão, deu-se mais um tempo de resposta ao *Aluno E*, onde este afirmou que a Guerra Colonial era compreensível, porque Portugal estava dependente economicamente das colónias e o único problema desta foi o aumento das despesas militares.

Os *Alunos B, C e D* apresentaram respostas menos ricas ou pelo menos demonstraram menos interesses em se intrometer na discussão dos colegas. Confessaram até que não atribuíam tanto do ponto de vista histórico, como pessoal, grande relevância ao Estado Novo. Assim sendo, caminhou-se para a última questão desta série, onde dois alunos referiram que o Estado Novo representava “falta de liberdade”, o *Aluno C* referiu que este lhe fazia sentir “tristeza”, o *Aluno D* afirmou que “não o queria viver” e *Aluno E* mencionou que o Estado Novo significa para si a “defesa da Nação”.

Partiu-se então finalmente para a parte central do trabalho, as prisões políticas do Estado Novo e a sua relação com os manuais. Quando questionados sobre o que era para eles uma prisão política ou campo de concentração, todos os alunos, à exceção do *Aluno A*, apresentaram uma ideia em que identificavam uma prisão política e um campo de concentração como sendo a mesma coisa. Apresentaram como argumento que ambos tinham o mesmo objetivo: afastar os opositores do regime. O *Aluno A* concordou com este argumento, porém discordou que estes sejam sinónimos, uma vez que, para ele, num campo de concentração os prisioneiros são obrigados a trabalhar. Este mesmo aluno ainda acrescentou que a prisão política também procurava impor os ideais dominantes da sociedade aos presos.

Convém ainda para esta questão, dar conta da resposta do *Aluno D* que apenas identificava a existência de campos de concentração na Alemanha Nazi. No caso deste aluno, este não fazia ideia da existência de campos de concentração noutros países e

que também, a noção de prisão política não era algo que existisse. Afirmou mesmo que era a primeira vez que ouvia falar do termo.

No respeitante ao conhecimento destes sobre alguma prisão política do Estado Novo, as respostas circunscreveram-se a dois estabelecimentos prisionais e apenas a dois alunos. Só o *Aluno A* e o *Aluno E* afirmaram conhecer um estabelecimento prisional do regime salazarista, Peniche e Tarrafal, respetivamente. O *Aluno A* identificou Peniche porque tinha ouvido falar de uma fuga que lá tinha existido e o *Aluno E* o Campo do Tarrafal porque tinha a ideia que era um sítio isolado no meio de um deserto e por já ter pesquisado por este. Os *Alunos B, C e D* não faziam ideia da existência das prisões referidas nem de outras. Como falamos de alunos açorianos ainda lhes foi perguntado sobre a Fortaleza de São João Baptista. Em todos casos, os alunos não faziam ideia que esta fortaleza tinha servido como prisão política aquando do Estado Novo nem antes disso.

Uma vez que as ideias sobre as prisões não eram abundantes, os alunos tiveram alguma dificuldade em apresentar algum parecer sobre as condições a que os presos do Estado Novo estavam sujeitos, apresentando ideias vagas como “más” (*Aluno A*) ou “falta de higiene e alimentação” (*Aluno D*).

Curioso foi compreender que em quase todos os casos os alunos fugiram da questão principal e falaram, sobretudo, acerca dos métodos de tortura da polícia política. Contudo, as explicações sobre a grande maioria destes métodos redundaram em referências a séries televisivas norte-americanas. A exceção a estes relatos foi, talvez, o *Aluno A*, que referiu a “tortura do sono” como método utilizado pela PIDE, mas referindo o termo em inglês, *sleep deprivation*.

Quando perguntados se conheciam algum preso político do Estado Novo, mais uma vez, os alunos apresentaram imensas dificuldades em identificar um que fosse. O único preso identificado foi o então Secretário-Geral do PCP, Álvaro Cunhal, pelo *Aluno E*. Foi perguntado aos restantes alunos se conheciam esta personalidade, ao que todos, à exceção do *Aluno D*, disseram que sim, mas não o identificavam como preso político.

Visto os visíveis problemas em identificar nomes ou setores da sociedade portuguesa que tinham sido perseguidos ou presos pelo Estado Novo, o moderador colocou

alguns nomes em cima da mesa. Mário Soares? Dois alunos reconheceram o nome, afirmando que este tinha sido Secretário-Geral do Partido Socialista (PS) e Presidente da República (*Aluno A* e *Aluno C*), outros dois alunos nunca tinham ouvido falar do nome e o *Aluno E* identificou-o como Secretário-Geral do PS, Presidente da República, Primeiro-Ministro e ainda o identificou do mítico debate das *Presidenciais de 1986* com Álvaro Cunhal. Foi perguntado se conheciam Miguel Torga. A que todos responderam que o conheciam das aulas de português e ainda se já tinham ouvido falar dos católicos progressistas, ao que todos responderam que não, à exceção do *Aluno E* que não soube desenvolver.

Questionados sobre em que contexto tinham ouvido falar, pela primeira vez, das prisões políticas, o *Aluno A* respondeu que tinha sido através de um vídeo no *Youtube* sobre a Forte de Peniche e o *Aluno E* afirmou que tinha obtido a informação através de grupos de *Discord* e da rede social *Twitter*. Quanto aos alunos que nunca tinham ouvido falar das prisões, alargou-se a pergunta a outras características da repressão salazarista, ao que os *Alunos B e C* responderam que tinham algumas ideias das aulas do 9.º ano. Já *Aluno D* respondeu que tinha ouvido desta temática apenas há “quinze minutos” no *focus group*.

Aferido o conhecimento dos alunos sobre as prisões do regime salazarista, partiu-se para a quarta e última fase desta atividade. Nesta parte procurava-se entender a importância atribuída pelos alunos aos manuais e a relação estabelecida com as prisões políticas.

O *Aluno A* começou por referir que atribuía muita importância ao manual por este ser baseado no programa, afirmando que era nele que se iniciava o seu estudo (só se fosse um assunto que gostasse mais é que aprofundava). O *Aluno D* também lhe atribuiu muita importância, mas considerou que se deveria trocar alguns conteúdos dos manuais, pois no entender dele, alguns conteúdos eram desnecessários, devendo ser trocados por temas com maior proximidade ou afinidade aos alunos. O *Aluno E*, por seu turno, afirmou que dependia, mas que não ligava muito ao manual, pois preferia a *internet*. O *Aluno B* afirmou que só estudava pelo manual enquanto o *Aluno C* considerou o manual importante, mas não o único instrumento de estudo.

Se há um peso enorme para quem fez essas maldades, já agora vamos dar um peso igual para quem as sofreu. Nós estamos sempre a de falar de quem fez porcarias e esquecemos de quem sofreu. O que é que aprendemos com isso? A ser iguais? (Aluno D)

Neste sentido, foi-lhes perguntado se consideravam que o manual deveria referir as prisões políticas de uma outra forma ou se lhe deveria dedicar mais importância.

O *Aluno A* considerou reduzido o que era apresentado nos manuais, pois, no seu entender, o tema deveria receber maior destaque por parte dos autores dos manuais, porque aproximá-los-ia mais, enquanto alunos, dos presos políticos. Os *Alunos B, C, E e D* concordaram com a ideia do *Aluno A*, sendo que este último afirmou que não gostava do manual adotado pela escola. O *Aluno D* ainda desenvolveu a ideia que acima se cita, questionando porque é que se dá tanta importância aos “feitos” dos regimes ditatoriais e raramente se parte da realidade de quem sofreu na pele as consequências das atitudes destes regimes para fazer a sua análise, inclusive o português. O *Aluno E* considerou que o peso que é dado aos diferentes regimes europeus é desproporcional, na medida em que acabam por ter a mesma ou maior atenção os regimes de Itália, Alemanha ou da URSS enquanto comparados com o Estado Novo.

4.3. Segunda Etapa: “Conhecer a verdade não faz mal a ninguém e permite a todos marchar na vida com passos mais seguros²⁹”

Depois do *focus group* partiu-se para a etapa intermédia – a lecionação do conteúdo (Plano de Aula – **anexo 2**). Esta aula realizou-se no dia 16 de fevereiro de 2023³⁰, uma semana após a realização da atividade inicial. Teve três questões-orientadoras, que foram estruturadoras do conteúdo a ser lecionado:

- Para que serviram as Prisões Políticas do Estado Novo?

²⁹ Palavras de Francisco Miguel Duarte sobre os crimes do Estado Novo (OLIVEIRA, 1987: 16).

³⁰ Ainda foram acrescentados 45 minutos de uma outra aula, por forma a fazer a ligação do conteúdo com a radicalização das oposições políticas ao Estado Novo.

- Quais as principais características das Prisões do Estado Novo?
- Quem foram os presos do Estado Novo?

Os seus objetivos tinham como fundamento a orientação e compreensão do tema por parte dos alunos. A sua seleção foi efetuada depois de detetadas as necessidades ao longo da atividade inicial.

A aula tinha como ponto de partida um excerto da reportagem da *SIC Notícias* “24 de abril”³¹. Este excerto tinha como propósito enquadrar os alunos no tema através do testemunho de duas ex-presas³² do Estado Novo. Procurava-se, assim, alertar os alunos para os métodos de tortura utilizados polícia política do Estado Novo, entendendo que tanto eram aplicados a homens como a mulheres.

A situação-problema, por sua vez, tinha como intenção despertar a curiosidade dos alunos para o autor e o significado da citação “Eles Têm o Direito de Saber... o Que Custou a Liberdade” (SERRA, 2011: 79). Com esta procurava-se provocar nos alunos duas questões: “Quem eram eles?” e “O custou a liberdade?”.

Os conceitos essenciais selecionados foram os seguintes: Prisão Política; Tortura; Oposição. O primeiro conceito, por ser o pano de fundo de toda a temática e por não se refletir muito frequentemente sobre este, nem sobre o que é uma prisão, muito menos o que é uma prisão política (aqui reforça-se a ideia de que o *Aluno D* nunca tinha ouvido falar do termo). O essencial era os alunos ficassem a saber o que era uma prisão política, o que a distingue de outras prisões e o que foram as do Estado Novo.

³¹ O excerto visualizado em aula é feito a partir da reportagem "24 de Abril" de Sofia Arêde (2011). Este excerto intitulado pelo autor da montagem como “A PIDE torturava assim” estando disponível no Youtube através do seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=UiYJ8ONXMk8>.

³² *Aurora Rodrigues tinha 21 anos quando foi presa pela PIDE/DGS, a 3 de maio de 1973. Participava num encontro de estudantes. Foi levada para a prisão do Forte de Caxias, onde permaneceu quase três meses sem a assistência de um advogado e em isolamento. Durante este tempo foi sujeita à tortura do sono, a humilhações e a espancamentos. A 27 de Maio de 1962, a PIDE prendia Maria Custódia Chibante, no Couço, uma localidade ribatejana onde o Partido Comunista Português estava fortemente implantado. Esteve detida durante seis meses em isolamento, sem direito a visitas e sob tortura.* Extraído do site da SIC Notícias através do seguinte link: <https://sicnoticias.pt/programas/reportagensic/2011-04-20-24-de-abril-documento-unico-sobre-a-historia-recente-de-portugal4>.

Quanto ao conceito de tortura, a sua importância é refletida nos métodos utilizados pela PVDE, sendo uma componente básica do sistema repressivo. E, por último, a oposição, pois foi esta quem mais sofreu com a criação destes estabelecimentos e com os métodos da polícia política. Também a necessidade da introdução deste conceito refletir-se-ia na importância de os alunos compreenderem a multiplicidade setores sociais e políticos que formaram esta oposição.

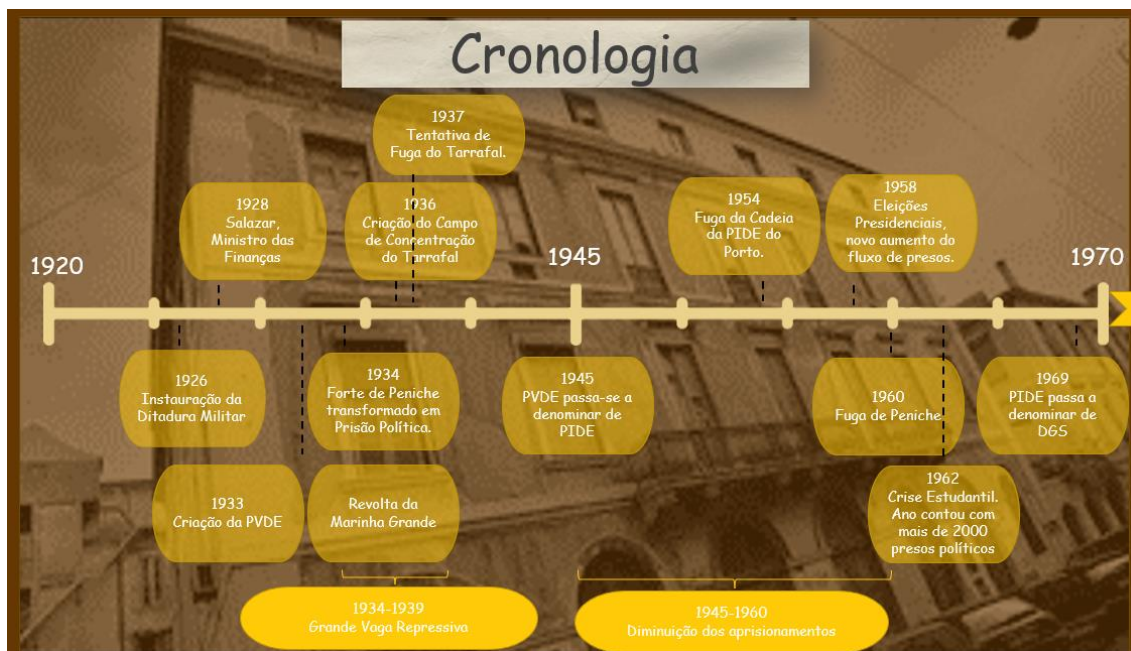


Figura 4 – Cronologia da Criação das Prisões Políticas. Elaboração Própria

Para enquadrar os alunos no tempo histórico retratado foi elaborada a cronologia que acima podemos observar. Nesta destacaram-se os principais acontecimentos relacionados com a repressão política do Estado Novo, como a abertura de estabelecimentos prisionais, a fundação da PVDE e as suas reorganizações, as fugas e os períodos de maior repressão social e política (**ex. crise estudantil de 1962**). A compreensão desta cronologia foi entendida como essencial, pois, a título de exemplo, permitiria aos alunos relacionar as vagas repressivas ou até a primeira reorganização da PVDE com o contexto internacional.

Daqui partiu-se para a análise e reflexão de vários excertos documentais, com prevalência para os escritos e audiovisuais. Assim sendo, a aula, a partir deste ponto,

dividiu-se em três partes correspondentes às questões-orientadoras, sendo todas elas intercaladas com momentos de síntese de conteúdos.

Os três documentos analisados na primeira parte da aula foram dois excertos da obra de Irene Pimentel (2007), *A História da PIDE*, e um excerto do testemunho de Francisco Fanhais³³ em “*Vidas Prisionáveis*”³⁴. Apesar de distintos no seu conteúdo, todos os documentos procuravam dar a entender as razões e os argumentos de se ser preso no Estado Novo. Qual a justificativa utilizada pela repressão para perseguir e prender.

Quanto à afirmação de que, segundo a Constituição, o Estado reconheceria, fora do partido único (União Nacional), as liberdades e os direitos políticos, ficou sem aplicação prática, pois admitia, ao mesmo tempo, uma exceção que abria porta a todas as exceções: não seriam toleradas quaisquer “ofensas à atividade governativa nem aos fins da Constituição”. Como referia o 10.º ponto do Decálogo do Estado Novo, os “inimigos do Estado Novo” eram “inimigos da Nação” contra os quais e ao serviço da qual – “isto é: a ordem, do interesse comum e da justiça para todos” – se podia e devia “usar a força, que realizava, neste caso, a legítima defesa da Pátria”

PIMENTEL, Irene (2007). *A História da PIDE*. Lisboa: Círculo de Leitores. p. 25

Figura 5 – Excerto utilizado na aula

No primeiro excerto selecionado, autora refere que apesar de a Constituição de 1933 reconhecer “as liberdades e os direitos políticos” fora do partido único, a verdade é que abria uma exceção que abria portas a todas as exceções. Esta exceção, onde não eram toleradas “ofensas à atividade governativa nem aos fins da Constituição”, no fundo, dava liberdade ao governo de prender todos os quantos lhe apetecesse sem justificativa aparente.

³³ Ex-sacerdote católico, membro da LUAR (Liga de Unidade e Ação Revolucionária) e voz ativa contra o Estado Novo.

³⁴ *Vidas Prisionáveis* é um trabalho que recolhe os depoimentos de ex-presos políticos e de resistentes à Ditadura. É um trabalho realizado pelo Museu da Resistência do Aljube. *Vidas Prisionáveis - Francisco Fanhais*. “Youtube do Museu da Resistência do Aljube”. [Consult. 10 de fevereiro de 2023]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=34N-wkq5m9U>.

O segundo documento, como já referido, foi o testemunho de Francisco Fanhais. Com este breve testemunho, os alunos tiveram a oportunidade de perceber que ninguém escapa às malhas da repressão, nem mesmo aqueles que, teoricamente, sustentavam o regime³⁵. Neste caso, o bastante era denunciar as condições de precaridade em que vivia a população do Barreiro e o paradoxo entre uma pequena elite e uma grande parte da população que tinha dificuldades de pôr pão na mesa.



Figura 6 – Francisco Fanhais – Católico Progressista. Imagem retirada do Documentário "Vidas Prisionáveis", do Museu da Resistência do Aljube.

O último documento desta primeira fase foi outro excerto da obra de Irene Pimentel (2007) que, por sua vez, fazia alusão ao decreto-lei fundador da PVDE, os seus poderes e a forma como esta se estruturou a partir de 1933. O objetivo foi que alunos

Em 29 de Agosto de 1933, o Decreto-Lei n.º22992 fundiu a PIP com a PDPS, resultando dessa fusão a Polícia de Vigilância de Defesa do Estado (PVDE). [...] A PVDE ficou, assim, estruturada em duas seções, a de defesa política e social e a internacional, cometendo à primeira, especialmente, a prevenção e repressão dos crimes de natureza política e social, e à segunda verificar, os postos de fronteira, a legalidade dos passaportes nacionais e a regularidade dos passaportes dos estrangeiros. [...] A partir de junho de 1934, foram ainda atribuídas à PVDE competências prisionais.

PIMENTEL, Irene (2007). *A História da PIDE*. Lisboa: Círculo de Leitores. p. 26

Figura 7 – Excerto Utilizado em Aula

³⁵ Aqui faz-se referência ao conjunto de padres e católicos progressistas que denunciaram os abusos do Estado Novo, contrariando a maioria católica que apoiou e sustentou ideologicamente o mesmo.

analisassem e sublinhassem os poderes desta “nova” polícia e a importância que esta ganhou para o regime.

Finda esta primeira fase de análise de documentos procedeu-se à síntese da informação recolhida e à atividade reguladora das atividades. Regra geral, os alunos compreenderam a matéria, sendo os *Alunos A e E* os mais responsivos.

A segunda fase da aula procurou ser a análise dos estabelecimentos prisionais políticos do Estado Novo, das suas condições físicas e materiais e da forma como estas afetavam o físico e psicológico dos presos.

Este capítulo denominado de “Da Rua António Maria Cardoso ao Tarrafal” iniciava-se com um excerto do trabalho de Luís Farinha (2019), “As prisões da P.I.D.E”. Este, na prática, acaba por ser um resumo da atuação da polícia política em dois momentos específicos.

Numa primeira fase [...] predominaram os espancamentos, seguidos de prolongadas 133 deportações e “residências fixadas”, normalmente nas ilhas atlânticas e nas colónias” e “numa segunda, com o recurso à formação especializada dos agentes junto de polícias internacionais, sofisticaram-se os métodos que, à tortura física, aliaram uma cada vez mais complexa tortura psicológica, especialmente a partir da década de 50.

FARINHA, Luís (2019). As prisões da P.I.D.E. «O Pelourinho: Boletín de Relaciones Transfronteirizas», (23), 132-133.

Figura 8 – Excerto utilizado em aula

A divisão da atuação da polícia política salazarista é essencial para compreender a forma como o contexto internacional implicou uma evolução na atuação da polícia política. Assim, procurava-se que os alunos entendessem que a atuação da polícia política nem se sempre se orientou da mesma forma.

Como referido, esta viagem pelos estabelecimentos prisionais iniciava-se pela sede da polícia política, na Rua António Maria Cardoso. O objeto de análise foi uma imagem do edifício na década de 1950. A escolha da imagem do edifício foi simbólica, na medida que este ainda atualmente carrega uma imensa carga de emotividade para

quem por lá passou, mas também por toda uma cidade que sentia o medo que de lá medrava.

O grande propósito era situar geograficamente os alunos e dar pistas do que se seguiria e, nessa medida, o objeto de análise seguinte teria de ser obrigatoriamente a Cadeia do Aljube.



Figura 9 – Sede da Polícia Política do Estado Novo, situada na Rua António Maria Cardoso

Na cadeia que funcionava como extensão da sede da polícia optou-se pela análise de dois documentos, um literário e um iconográfico. Selecionou-se, assim, um excerto da obra de Irene Pimentel (2007) onde esta cita o padre angolano Joaquim de Pinto de Andrade sobre as condições deste estabelecimento, com destaque para os denominados curros do Aljube.

A descrição deste sacerdote é bastante elucidativa, porque para além de estarmos perante um elemento do clero a descrição das celas é bastante pormenorizada e ilustrativa das realidades vivenciadas por muitos presos políticos. Este afirma que foi “lançado numa enxovia estreitíssima, de um metro de largura por dois de comprimento, onde a luz e o ar entravam por um postigo de 15 x 20cm” e que para dormir tinha apenas um “enxergão, duro como pedra e cheio de nós que lhe faziam doer o corpo” sebento

“que para evitar o seu contacto nojento, ele tinha de dormir agachado sobre uma toalha de rosto” (PIMENTEL, 2007: 432). Faz também referência que as necessidades fisiológicas eram efetuadas com a porta aberta e com o olhar fixo do guarda.

Por forma a complementar o referido excerto analisou-se uma reconstituição de um aprisionamento num curro do Aljube.



Figura 10 – Reconstituição de um Curro do Aljube

Finda a análise da sede da PIDE e da Cadeia do Aljube, procurou-se compreender a importância de dois outros centros de detenção no continente português: Peniche e Caxias. Em ambos, falou-se, em primeiro lugar, nas suas localizações, com fotografias dos dois lugares e analisou-se, mais uma vez, dois excertos sobre os lugares referidos.

Para a prisão de Peniche escolheu-se o excerto de Miguel Cardina (2015), onde este cita Henrique Galvão³⁶.

Neste excerto, Henrique Galvão refere que Peniche era um autêntico “cenário de imundície, da falta de assistência médica condigna, da humidade e do salitre acumulado nas celas, da presença incomodativa das pulgas e de galinhas criadas pelos guardas no pátio com as sobras de uma alimentação” (CARDINA, 2015: 124). Quanto a Caxias, Irene Pimentel (2007) faz referência a um documento prisional de 1961, onde se anuncia o agravamento da “situação prisional no reduto norte” com o espancamento de vários presos por agentes da PIDE, a degradação do tratamento médico com a recusa da hospitalização de doentes que continuavam em celas sobrelotadas com presos saudáveis.

Outro campo de análise foram as duas principais prisões atlânticas, São João Baptista e o Tarrafal.

Aqui, nesta fortaleza, muitos cidadãos portugueses, durante o tempo que aqui estiveram, muitos sem culpa formada, outros excedendo largamente as penas a que haviam sido condenados, sofreram espancamentos brutais, foram vítimas de vexames, privados de leituras de jornais e de livros, submetidos a meses de isolamento e longos períodos de castigo, em locais que recordavam masmorras medievais. Se lugares de castigo como o chamado calejão e as portas falsas já eram denunciados na imprensa clandestina, a poterna foi, por sua vez, uma inolvidável afronta à dignidade humana.

URAP (2022). *Os Presos e as Prisões Políticas em Angra do Heroísmo (1933/1943)*. Angra do Heroísmo: URAP – União de Resistentes Antifascistas portugueses. Citando Francisco Lyon de Castro. p. 38

Figura 11 – Excerto utilizado em aula.

A análise das características do Depósito de Presos de Angra de Heroísmo funcionou como objeto de ligação da História local à História nacional. Desde a primeira hora que a análise desta instalação militar, que serviu de prisão política do Estado Novo foi

³⁶ Oficial do exército, inspetor da administração colonial portuguesa e escritor português. Ficou conhecido, em 1961, por ter organizado e liderado o assalto ao paquete Santa Maria, numa tentativa de provocar uma crise política contra o regime de Salazar.

considerada de extrema importância, reforçada após a realização da atividade de *focus group* onde os alunos demonstraram um total desconhecimento sobre a importância deste local para a História de Portugal. Assim sendo, o principal objetivo foi fazer ver aos alunos que a vasta e complexa rede de estabelecimentos prisionais salazaristas chegavam também aos Açores, nomeadamente à ilha Terceira.

Para além do excerto acima referido, que aluz as características físicas e ao tratamento a que os prisioneiros estavam sujeitos, outro objeto de análise foi a “poterna”.

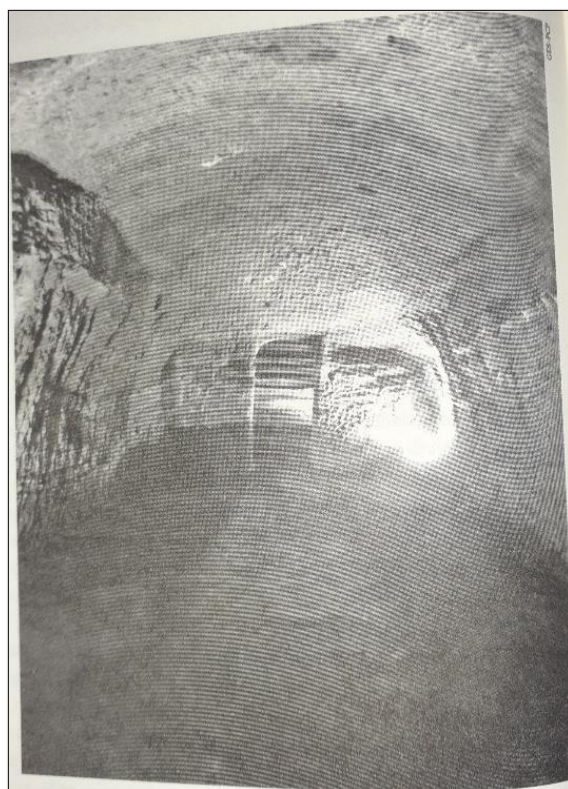


Figura 12 – A Poterna (Forte de São João Batista). Fonte: URAP, 2022: 74

Este elemento arquitetónico da fortaleza açoriana funcionava como lugar de aplicação dos piores castigos e, à semelhança das casamatas de Caxias, era tida pela sua grande humidade, isto resultante da sua proximidade ao oceano.

Para além do Forte de São João Baptista, numa aula sobre as prisões políticas do Estado Novo não poderia faltar aquela que foi a mais temida das prisões do regime – o Tarrafal. O excerto textual escolhido foi um excerto da obra de Irene Pimentel (2007).

criado pelo Diploma n.º26539, de 23 de abril de 1936, o campo do Tarrafal começou a funcionar em Outubro desse anos, recebendo camponeses da revolta dos lacticínios da Madeira, operários da Marinha Grande participantes na greve geral de 18 de janeiro de 1934, marinheiros da ORA (Organização Revolucionária da Armada), que se haviam revoltado em setembro de 1936, socialistas, anarcossindicalistas, além da boa parte de membros da direção do PCP [...] começou por ser um retângulo de arrame farpado com tendas e acabou com grossas paredes construídas pelos próprios prisioneiros, passaram, no primeiro período, mais de 250 pessoas, em 18 levadas de prisioneiros, morrendo 32 deles. Além dos trabalhadores forçados, os presos eram submetidos a castigos tremendos, como a célebre “frigideira” de cimento – um “forno” durante o dia e um frigorífico durante a noite.

PIMENTEL, Irene (2007). *A História da PIDE*. Lisboa: Círculo de Leitores. p. 431

Figura 13 – Excerto utilizado em sala de aula

Este documento dá conta da criação oficial do Campo do Tarrafal, da primeira leva de presos e das origens dos presos que a compunham. É um excerto muito rico, na medida em que permite fazer a ligação com a primeira grande vaga repressiva do regime e as origens sociais e políticas dos presos que normalmente foram alvo da repressão salazarista.

Ainda nesta fase da aula, foram analisados alguns dos principais métodos de tortura utilizados pela polícia política.

O slide apresenta o título "Os Métodos de Tortura" no topo esquerdo. À direita, há uma fotografia em tons de cinza de um homem visto pelas costas, preso atrás de barras de uma cela. Abaixo do título, há três caixas de texto conectadas por setas descendentes:

- Tortura do sono:** Deixar o preso sem dormir durante vários dias. Ao fim desse tempo, o preso começava a sentir alucinações e perturbações de toda a ordem.
- Método da Estátua:** Obrigar o preso a permanecer nessa posição até à exaustão física, o que lhe provocava enormes inchaços nos membros inferiores.
- Isolamento:** Longas fases de incomunicabilidade, colocados para o efeito em celas especiais - pequenas e escuras como os "curros do Aljube" de Lisboa.

Na base da fotografia, lê-se: "Reconstituição de um aprisionamento num Curro do Aljube".

Figura 14 – Slide da Apresentação Power Point da aula sobre as prisões políticas – Os Métodos de Tortura

Finda esta sequência de aula, os alunos foram, mais uma vez, chamados a sintetizar ideias. Neste sentido deveriam responder aos seguintes tópicos:

- Quais as justificações para a criação das prisões?
- Quais as suas condições?
- Que métodos de tortura eram utilizados?

A segunda parte da aula iniciava-se com uma estimativa sobre o número de presos que estiveram nas prisões do regime, para que de seguida se desse a conhecer algumas das personalidades que por lá passaram.

Neste sentido, foram escolhidas seis personalidades públicas dos mais variados quadrantes políticos, sociais, culturais e profissionais e ainda duas fichas de presos anónimos. Os “presos conhecidos” foram Álvaro Cunhal (escritor e Secretário-Geral do PCP), Mário Soares (político, antigo Primeiro-Ministro e Presidente da República), Fernando Rosas (Historiador), Miguel Torga (Médico e Escritor), José Mário Branco (Músico português ligado à cantiga de intervenção) e Arlindo Vicente (Advogado e Pintor).

Nas personalidades anónimas foram escolhidas duas fichas de preso do livro *Presos políticos no regime fascista*³⁷. Os presos escolhidos foram Mário Lopes, empregado bancário e Maria Luísa Dias, médica.

O objetivo desta escolha passava, por fazer ver aos alunos a multiplicidade das origens dos presos do Estado Novo, reforçando que a maioria destes se manteve sempre no anonimato. Outro objetivo era dar a entender como é que eram constituídas estas famosas fichas de preso.

³⁷ Comissão do Livro Negro Sobre o Regime Fascista (1988). *Presos Políticos do Regime Fascista (1952-1960)*, vol. VI. Lisboa: Publicações Europa-América.

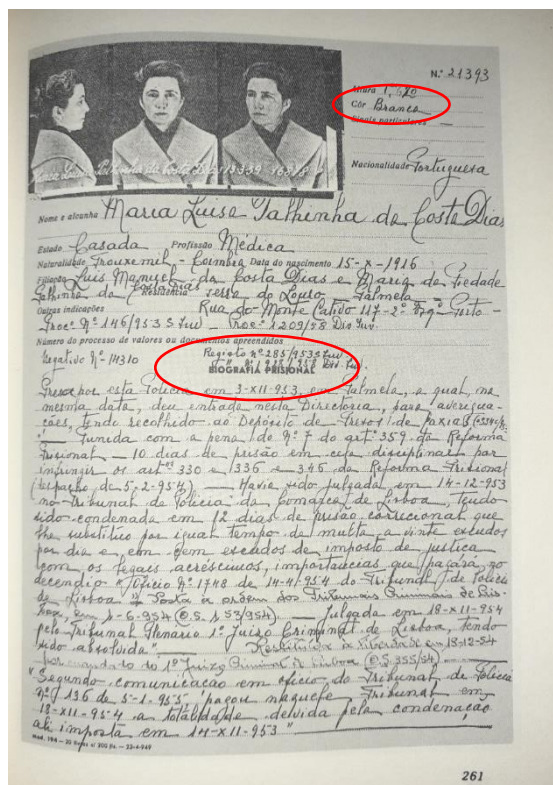


Figura 15 – Ficha de Preso de Maria Luísa Dias. Fonte: Comissão do Livro Negro Sobre o Regime Fascista, 1988: 261.

Esta fase da aula terminava com a análise deste excerto de Jaime Serra (2011) sobre a Fuga de Caxias de 1961. O propósito desta análise era perceber que apesar da complexidade da rede prisional salazarista, esta não foi isenta de falhas. Sendo esta fuga o talvez o maior exemplo disso. Para além deste documento ainda foi exibido um excerto de uma reportagem da SIC³⁸ sobre os cinquenta anos da Fuga de Peniche de 1960.

Nunca me conformei com a ideia que haja alguma prisão absolutamente invulnerável. Passámos a estudar com atenção todas as hipóteses, os riscos e o grau de possibilidades de tal ou tal hipótese. As nossas dificuldades eram acrescidas pelo facto de em qualquer caso excluirmos actos de violência que pudessem conduzir à perda de vidas. Antes, procurar explorar qualquer possibilidade de colaboração, aliciamento ou “distração” da parte dos guardas.

SERRA, Jaime (2011). 12 Fugas das Prisões de Salazar. Lisboa: Editorial Avante. p. 125

Figura 16 – Excerto utilizado em aula

³⁸ Álvaro Cunhal – Faz 50 anos a fuga do Forte de Peniche. “Youtube”. [Consult. 1 de fevereiro de 2023]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EDNUazW5ohc>.

Mais uma vez fez-se uma síntese das ideias base, devendo os alunos levantar os seguintes dados:

- Quem é que era preso?
- Quantos foram os presos? (quantificar)
- Dimensão Cultural, Social e Política dos Presos?

O último segmento da aula intitulava-se “Adeus Prisão... Olá Liberdade!!”, onde se concluí a cronologia iniciada no início da aula com um excerto da reportagem RTP sobre a libertação dos presos³⁹ de Caxias no dia 25 de Abril de 1974.

4.4. Terceira Etapa: O Trabalho

Após a conclusão da aula, foi pedido aos alunos que comentassem e desenvolvessem a seguinte frase:

sem o encarceramento das oposições políticas – mesmo sem a sua eliminação objectiva -, dificilmente o regime de Salazar teria sobrevivido por mais de quatro décadas
(MADEIRA, PIMENTEL, FARINHA, 2007: 250)

Era pedido aos alunos que elaborassem um pequeno texto com o máximo de duas folhas, onde através dos conteúdos lecionados em aula e de alguma pesquisa conseguissem responder aos seguintes tópicos de orientação:

- Contexto da Criação das Prisões do Estado Novo;
- Condições e Tratamento dado aos presos;
- Quem era preso e o porque é que era preso.

Os alunos podiam utilizar o manual assim como todos os meios de pesquisa que eles normalmente utilizariam. Teriam até a aula seguinte para entregar este trabalho (cerca de 5 dias) que serviria como instrumento de avaliação (**anexo 4**), sendo avaliado

³⁹ Libertação dos presos políticos. “Youtube Associação 25 De Abril”. [Consult. 25 de janeiro de 2023]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rW7vQuXSnKU>.

através de rubrica (**anexo 3**). O seu objetivo era avaliar de que forma o pensamento e o conhecimento dos alunos tinha evoluído desde o *focus group*, funcionando assim, para além de instrumento de avaliação, como objeto regulador das aprendizagens.

4.4.1. Análise dos resultados do trabalho

Partimos agora para a análise aos textos produzidos pelos alunos. Os objetivos deste instrumento de avaliação era entender de que forma as ideias prévias levantadas aquando da discussão de grupo e a lecionação da aula contribuíram para a mudança ou manutenção do conhecimento e pensamento dos alunos.

Começando pelo trabalho do *Aluno A*, este contextualiza a criação das prisões políticas do Estado Novo da seguinte forma:

Portugal no século XX viveu sobre um regime fascista durante 41 anos [Estado Novo 1933-1974⁴⁰] liderado por Salazar e depois por Marcello Caetano. Durante o período em que persistiu a ditadura as oposições ao regime eram perseguidas, presas em prisões do Estado e torturadas. Em 1934, foi criado o *Decálogo do Estado Novo*. Este documento sintetiza os princípios base do regime, o corporativismo, a ruralidade, o isolacionismo, o nacionalismo, o colonialismo [...]. Neste documento há uma legislação das perseguições às oposições do Estado, justificando isto dizendo que quem atentasse contra o governo, atentava contra a nação. As pessoas que foram mandadas para prisões políticas e até para campos de concentração. **(Aluno A)**

No excerto apresentado, denota-se que o aluno fundamenta a sua resposta com ideias baseadas na aula lecionada sobre o tema, mas também em aulas anteriores, incorporando as prisões do Estado Novo no vasto complexo ideológico do regime. Por sua

⁴⁰ O aluno só contabilizou os anos de vigência do Estado Novo, não contabilizando os anos da Ditadura Militar.

vez, o *Aluno B* apresenta uma contextualização bastante mais simples e genérica, correta, mas revelando pouco aprofundamento do tema. Assim sendo este refere o seguinte:

Em 1933 foi implantado o Estado Novo em Portugal, a qual durou quarenta e um anos, acabando a 25 de Abril de 1974 com a Revolução dos Cravos. Durante a ditadura, na repressão dos mais renitentes em aceitarem o novo estado de coisas, atuara uma polícia especial, a PIDE. **(Aluno B)**

Como podemos observar, enquanto comparados, o segundo excerto é menos rico que o primeiro. O *Aluno C* apesar de apresentar uma resposta relativamente melhor, acabou por se alhear do tema principal, para aparentar descrever o território ultramarino português. Ora vejamos:

As prisões políticas do Estado Novo surgiram enquanto este regime vigorava em Portugal, mais precisamente entre os anos de 1926 e 1974, durou 48 anos, sendo que na altura Portugal apresentava uma vasta extensão territorial pois, à semelhança de outros países europeus também tinha colónias como por exemplo, Angola, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, Moçambique, Timor-Leste [...] era constituído pela metrópole bem como os arquipélagos dos Açores e da Madeira. **(Aluno C)**

Ao contrário dos *Alunos B e C* e a semelhança do *Aluno A*, o *Aluno D* acaba por desenvolver muito bem a primeira parte do trabalho, revelando não só atenção na aula, como alguma pesquisa (embora não refira as fontes selecionadas). Tendo em conta que nos deparávamos com o aluno que nunca tinha ouvido falar destas prisões é algo extremamente significativo, pois demonstra despertar de interesse sobre o tema. Este refere, e passa-se a citar:

Nos anos 30, a Europa conheceu vários regimes conservadores e ditatoriais. Em Portugal, Salazar impunha o Estado Novo, um regime inspirado nos ideais fascistas e Mussolini, mas sem os exageros da violência nazi. Impôs-se ao fortalecer a sua ação, combatendo toda a oposição. No fim da II Guerra Mundial,

o regime salazarista mudou o nome da polícia política, PVDE, que passou a ser chamada de PIDE (Polícia Internacional de Defesa do Estado), que entre 1945 e 1969, foi responsável pela repressão de todas as variadas e diferentes ideias contraditórias ao regime político do Estado Novo [...]. De acordo com a minha pesquisa, também tinham como “funções administrativas e de repressão e prevenção criminal” relativamente a infrações praticadas por estrangeiros, ao regime de passagem de fronteiras, aos crimes de emigração clandestina e os crimes contra a segurança exterior e interior do Estado. **(Aluno D)**

O *Aluno E* também revelou alguma pesquisa, sendo inclusive o único que identifica uma referência bibliográfica no seu trabalho⁴¹. Por este motivo podemos, inclusive, afirmar que do ponto de vista científico foi o mais escrupuloso, identificando à semelhança do *Aluno A* o *Decálogo do Estado Novo* como base da política do regime em matéria da repressão, mas aprofundando um pouco mais. Este começa o seu trabalho afirmando o seguinte:

A criação das prisões políticas do Estado Novo (1933-1974) teve como principal objetivo o controlo e repressão da oposição política, algo que era visto como ameaça ao Estado, conseqüentemente contra a Nação. Desde o início do regime de Salazar, foi necessário reprimir as demais formas de oposição política (greves, manifestações e/ou discursos políticos contra o governo, etc.) e manter as políticas bases do Estado Novo presentes no “Decálogo do Estado Novo”. Para colocar em execução as repressões foi criada a PVDE – Polícia de Vigilância e Defesa do Estado e as prisões políticas como instrumentos para o controlo público. A polícia política tinha como função a monitorização e repressão das ações contra o regime citadas anteriormente e as prisões como forma de punição aos opositores, que eram vistos pelo Estado Novo como inimigos da nação portuguesa e ameaça à segurança e estabilidade do país, sendo os opositores muitas vezes detidos sem qualquer julgamento formal. Estas medidas tinham

41 O *Aluno E* cita por mais que uma vez: FARINHA, Luís (2019). *As prisões da P.I.D.E.* «O Pelourinho: Boletín de Relaciones Transfronteirizas», (23), 117–147.

como objetivo final desencorajar e colocar o medo entre os opositores. **(Aluno E)**

Seguindo-se para o segundo tópico orientador, começamos, mais uma vez, com o *Aluno A*. Este apoiou-se, mais uma vez, nos conteúdos lecionados em aula, seguindo a sua estrutura, porém acrescentando algumas informações. O aluno identifica sete estabelecimentos prisionais referindo, de forma clara, as condições a que os presos estavam sujeitos, o seu tratamento e as formas de tortura, dando como exemplo o caso do então Secretário-Geral do PCP, Bento Gonçalves.

Esses lugares para onde [...] podiam ser mandados eram para a sede da Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE), na Rua António Maria Cardoso, para o Aljube, em Lisboa ou no Porto, para a prisão do Forte de Caxias, em Oeiras, para a Cadeia do Forte de Peniche, em Peniche, para o Forte de São João Baptista, na ilha Terceira, e até para lugares fora de Portugal, como por exemplo, para o Tarrafal, em Cabo Verde, entre outros. Estes locais tinham fraca salubridade e higiene, muitas dessas prisões eram húmidas, como por exemplo as Prisões Atlânticas e o Forte de Peniche. Havia falta de cuidados médicos, por exemplo o Secretário-Geral do PCP, Bento Gonçalves, morreu de malária e principalmente por falta de assistência médica. Nas prisões políticas, as pessoas que lá estavam eram torturadas de várias maneiras, como por exemplo, a tortura do sono, onde se obrigava as pessoas a ficarem acordadas por dias sem interrupção, o método da estátua, onde se forçavam os presos a ficarem em pé durante dias, outro método utilizado pela PIDE também foi o isolamento, como por exemplo os curros do Aljube, onde os presos ficavam em celas minúsculas, onde nem sequer se poderiam sentar, sem tocar as paredes da cela, sendo que muitas destas “celas” não tinham janelas. **(Aluno A)**

As referências do *Aluno B* ao segundo tópico orientador acabam por ser mais reduzidas e um pouco diferentes das que foram selecionadas em aula. Como é perceptível, o aluno acaba por fazer extrapolações próprias, como “possivelmente havia um ou dois cobertores e pouco mais”.

Em 1936 foi aberto na ilha de Santiago, em Cabo Verde, o campo de concentração do Tarrafal, para onde eram enviados presos políticos que, no decurso dos anos, também passaram por muitas prisões sendo elas a fortaleza de São João Batista, na ilha Terceira, Caxias, Peniche ou o Aljube, em Lisboa. [...] Nas prisões políticas as condições e tratamento eram do pior. Em termos de condições, não havia, pois, os colchões eram muito duros, provocando dores musculares e não conseguiam dormir, possivelmente havia um ou dois cobertores e pouco mais. As condições de higiene eram muito idênticas [...] provocando o aumento das doenças. [...] Os tratamentos que os presos tinham era do pior que poderia haver, pois já com a falta de higiene também apanhavam castigos. Um dos piores castigos que havia nas prisões políticas [...] era a tortura do sono e a estátua. Estas torturas deram cabo do psicológico de muitos prisioneiros.

(Aluno B)

O *Aluno C* só refere as prisões atlânticas e sumariamente algumas das formas de tortura, embora com pouca clareza.

Também existiam muitas prisões políticas no Estado Novo, entre as quais podemos destacar duas prisões atlânticas (Tarrafal, localizada na ilha de Santiago em Cabo Verde e o Forte de São João Batista em Angra do Heroísmo, na ilha Terceira), assim como a prisão política e os fortes de Peniche e Caxias, onde não havia cuidados médicos e os polícias⁴² utilizavam métodos de tortura, ou seja, violência que poderia ser física ou até psicológica, como por exemplo, o isolamento social ou a invasão de espaço em situações impróprias, a tortura do sono, ser envergonhado em praça pública, entre outros. **(Aluno C)**

Mais uma vez foi o *Aluno D* quem mais aprofundou o tópico de resposta, descrevendo com pormenor as condições e as formas de tortura dos presos políticos do Estado Novo. Porém, acabou por os generalizar identificando todas as prisões com as condicio-

⁴² A aluna utilizou o termo em português do Brasil.

nantes do Aljube (que descreve com absoluto rigor). Também acaba por fazer considerações próprias, como “Neste mesmo sítio sufocante, faziam as suas necessidades num “balde”, neste mesmo espaço também comiam as refeições, só de pensar arrepiamo-nos do nojo”.

O destino dos opositores eram as prisões do regime espalhadas pelo país e nas colónias, onde aqueles eram torturados física e psicologicamente, quando não assassinados. As mais famosas, por assim dizer, foram a prisão do Aljube, de Caxias, de Peniche e São João Batista. Várias mulheres e homens experimentaram os métodos sinistros da PIDE. [No Aljube⁴³], eram fechados em celas minúsculas de metro e meio por dois e vinte, apenas com uma cama mais dura que rocha, sem lençóis. Neste mesmo sítio sufocante, faziam as suas necessidades num “balde”, neste mesmo espaço também comiam as refeições, só de pensar arrepiamo-nos do nojo [...]. E assim viviam diante a escuridão total ou parcial. A tortura começava por ser psicológica nestes espaços asfixiantes, gaveltas ou curros, como ficaram conhecidos, onde permaneciam dias, semanas ou meses seguidos em total isolamento, sem poder ler, escrever, comunicar com outros presos ou receber visitas. Nem relógio tinham para contar as horas diante a solidão, apenas escutavam as vozes dos guardas a chamá-los. Pergunto se havia alguma forma de tratarem as manchas negras e tantos nos casos de doenças, provavelmente a maioria de nós acharia que sim, já que é o mínimo que mereciam ter ao seu dispor, um médico. **(Aluno D)**

O *Aluno E*, à semelhança do *Aluno D*, também acabou por desenvolver com profundidade este tópico. Contudo, sem as falhas científicas do primeiro e revelando, mais uma vez alguma pesquisa. Essa pesquisa é refletida na introdução de outros elementos relativos aos mecanismos de tortura utilizados pela polícia política, como é caso do seguinte excerto, onde o aluno cita, a obra de Luís Farinha (2019).

⁴³ Introduzido pelo docente.

As condições dadas aos presos políticos nas prisões durante o Estado Novo foram consideradas desumanas tendo um tratamento terrível os prisioneiros. Durante os interrogatórios os presos eram submetidos, inicialmente, a torturas físicas e mais tarde também psicológica. Os principais métodos da tortura era a tortura do sono, na qual o prisioneiro não poderia dormir [...] o método estátua, o preso ficava em pé durante muito tempo sem se poder mexer e/ou descansar e o isolamento que deixava o preso político isolado num quarto escuro sem poder ter contacto social com familiares e amigos. Outros métodos de tortura psicológica incluíam “o uso de ruídos estridentes, gritos e choros, emitidos por altifalantes, a chantagem e a ameaça ao preso com recurso a menções desprestigiantes ou indecorosas, atribuídas a pessoas próximas ou da sua família política”. Também em alguns casos, faziam “recurso à utilização abusiva de elementos do foro íntimo que eram devassados com o intuito de concluir o processo de despersonalização iniciado com a entrada na prisão.” Os presos políticos tinham poucas condições de alimentação, muitas vezes escassa e com pouca nutrição, o que levou muitos presos a problemas de saúde. A maior parte das prisões tinham “deficientíssimas condições de assistência médica, daí resultando situações de privação de bem-estar que, nalguns casos, conduziram à morte dos presos, por negligência (ou mesma clara intencionalidade) dos serviços prisionais, como aconteceu no Campo de Concentração de Cabo Verde onde, entre 1936 e 1954, ocorreram 32 mortes, em resultado de doenças tropicais, de falta de tratamento médico e de maus-tratos físicos, em que se incluía o trabalho forçado” **(Aluno E)**

Sobre quem era preso e porque era preso, todos os alunos foram muito mais sintéticos. O *Aluno A* optou por não referir nenhum preso em concreto, preferindo listar os setores da sociedade que foram maioritariamente perseguidos.

Quem era mandado para estas prisões eram pessoas que não alinhavam e criticavam o Estado Novo, sendo maioritariamente socialistas, comunistas, anarquistas e liberais. Também foram presos padres, sendo eles padres progressistas que se opunham ao regime e até “pessoas mais fascistas que o próprio Salazar”, ou seja, qualquer pessoa. **(Aluno A)**

Por sua vez, o *Aluno B*, ainda foi mais vago, referindo o seguinte:

Nas prisões políticas [...] eram presos pobres, ricos, agricultores, mas especialmente políticos. Normalmente quem era preso era quem discordava da ideia política ou era totalmente contra, por isso houve muitos políticos que foram presos. **(Aluno B)**

O *Aluno C* faz referência a uma estimativa do número de presos que esteve nas prisões do regime e afirma que bastava apenas que se desrespeitasse o regime para ser aprisionado.

Neste período não se sabe bem quantas pessoas foram presas e além disso desconfia-se que muitas tenham sido presas mais que uma vez, mas estima-se que tenham existido 30 mil presos políticos, muitos deles que ainda estão vivos [...] sendo presas as pessoas de todas as classes etárias, género, religião, etnia ou até profissão, ou seja, de todas as classes sociais apenas bastava que desrespeitassem o regime nessa altura muitas vezes através de jornais, rádios e televisão. **(Aluno C)**

O *Aluno D* foi o mais contido e apenas referiu o seguinte:

Qualquer um, seja político, artista, músico ou até uma pessoa normal, estaria submetido a esta vida. **(Aluno D)**

O *Aluno E* segue a mesma linha dos colegas, apenas introduzindo os anarcossindicalistas à lista já identificada pelos colegas.

Os presos políticos eram normalmente opositores ao regime com ideais comunistas, liberais, anarcossindicalistas e católicos considerados progressistas, mas de forma geral, eram qualquer pessoa que se opunha ao regime independentemente do que fosse. **(Aluno E)**

Apenas alguns alunos optaram por rematar os seus textos com umas pequenas conclusões. Neste sentido, o *Aluno A* termina o seu texto com a formulação de uma opinião, o que é sempre de salutar em alunos do Ensino Secundário.

Na minha opinião, a frase que o professor nos apresentou fala como o Estado Novo tentou abafar as suas as oposições, que na maioria, estavam na busca de direitos para os cidadãos portugueses, e libertar o país das garras do fascismo, mas nesta tentativa acabaram por chamar a atenção para os objetivos das oposições, assim se espalhando pelo país. **(Aluno A)**

O *Aluno B* acaba por fazer a ligação com o após 25 de Abril, onde estes presos foram libertos e as oposições saíram da clandestinidade.

Após alguns anos, os presos políticos foram libertados, os exilados regressaram do estrangeiro e os partidos já existentes, com os seus militantes e dirigentes, emergiram da clandestinidade. [...] Depois de um longo período de ditadura, os portugueses descobriram a liberdade com entusiasmo e, como se quisessem recuperar o tempo perdido, exigindo mudanças rápidas e drásticas em todas as frentes políticas, sociais e culturais. **(Aluno B)**

O *Aluno E* finaliza, voltando a levantar uma ideia que já tinha introduzido aquando do *focus group*. A ideia de que a não participação na II Guerra Mundial tinha sido algo positivo. Não se discute esta ideia do aluno, mas esta é reveladora que o aluno a preferiu sobrepor ao tema principal.

Concluindo, graças à repressão eficaz feita pelo instrumento do Estado Novo, sendo ele a polícia política e as suas prisões e torturas, o Estado Novo conseguiu durar muito mais tempo e também devido à não participação de Portugal na II Guerra Mundial, pela propaganda do regime, o apoio da Igreja Católica, vista como defensora dos valores tradicionais do país e o controlo do Estado de alguns setores da sociedade. **(Aluno E)**

A análise geral dos trabalhos demonstra algumas evoluções por parte de todos os alunos da turma. Destacando-se a evolução do *Aluno D* e a preocupação deste em superar as suas dificuldades, a melhoria da fluidez discursiva do *Alunos A e E*, mas também a manutenção de algumas dificuldades dos *Alunos B e C*, que apresentaram textos relativamente mais pobres que os seus colegas. Em todos os casos destaca-se a pouca ou nenhuma utilização do manual escolar nas suas respostas.

Já que falamos de um instrumento de avaliação, convém referir que todos os alunos foram avaliados tendo em conta os critérios de avaliação da EBS de Velas. Foram avaliados por domínios (**anexo 3 e 4**), mas deixaremos as considerações sobre a avaliação dos alunos para o capítulo final.

Considerações Finais – Os Manuais e as Prisões

A elaboração e a posterior seleção de um manual escolar não é algo simples, ainda mais na História. No caso desta disciplina, a multiplicidade de fontes, de perspectivas históricas e de significados culturais, económicos e sociais são fatores que complexificam o trabalho de editoras e autores.

A perspectiva aqui abordada sobre a representação dos presos políticos e as prisões do Estado Novo não se procura substituir a outras nem muito menos dar a entender que, em História, há temas superiores a outros. Contudo, o tratamento que se dá a um tema recente, com reflexos efetivos no espaço e no tempo histórico em que vivemos, não pode ter o mesmo peso que é atribuído a temas realizados num tempo histórico mais recuado e em contextos geográficos e culturais pouco representativos para os alunos.

A construção da consciência histórica dos nossos alunos, acredito eu, deve partir de uma perspectiva do presente para o passado e não vice-versa. Isto porque a História contada numa linha fixa, cronologicamente certinha e com as figuras históricas todas já devidamente formatadas e alinhadas como uma espécie de processo industrial de derame de matéria faz com que, na maioria das vezes, os alunos não atribuam relevância à disciplina. Principalmente os alunos que, por sua natureza, não revelam especial gosto pela História.

A escolha de um tema tão sensível como este procurou antes de mais problematizá-lo no contexto da sua aplicação em sala de aula. Como é claro, é impossível e até pouco desejável que se utilize muitos tempos letivos para a sua leção. Contudo, era importante que este se tornasse um tema central quando falamos do aparelho repressivo e autoritário do Estado Novo. Não apenas numa linha caracterizadora dos traços ideológicos do regime, mas sobretudo num contexto de repressão das oposições. As prisões não existiram por si só, elas tinham um objetivo e é preciso que esse objetivo se torne objeto central das nossas salas. Não colocar o discurso apenas no opressor, mas focalizá-lo no oprimido, ou seja, nas razões que levaram à sua prisão e às condições a que este era submetido.

Como tivemos a oportunidade de observar, a aplicação prática deste tema iniciou-se com a realização de um *focus group* combinado com a leção de uma aula e a realização de um trabalho. Todos eles interligados com a fundamentação teórica e procurando responder aos objetivos identificados no início da aula.

1. Compreender o impacto social e cultural, na sociedade portuguesa, das prisões e dos presos políticos do Estado Novo, dando enfoque ao caso específico de Angra do Heroísmo;
2. Verificar o grau de conhecimento dos alunos sobre as prisões e os presos políticos do Estado Novo, refletindo criticamente sobre os dados obtidos;
3. Analisar a relevância dada às prisões e aos presos políticos do Estado Novo pelos manuais de História A;
4. Entender a forma como o conhecimento dos alunos evolui desde o início da atividade prática até à entrega do trabalho de avaliação.

Quanto ao primeiro objetivo, este procurou ser respondido aquando da fundamentação teórica e com os trabalhos finais dos alunos. O impacto desta temática é significativo, tendo em conta que falamos de algo relativamente recente. Os presos foram, na sua ampla maioria, personalidades que lutaram para derrubar o regime autoritário salazarista, castrador de liberdades e garantias. O seu estudo, o estudo das condições e tratamentos a que estavam sujeitos é essencial numa ótica onde os efeitos da Revolução de Abril já aparentam esfumar-se na sociedade portuguesa.

No caso destes alunos foi bastante perceptível, na atividade inicial, o vácuo de ideias sobre o aparelho repressivo do Estado Novo. Não é admissível que alunos do 12.º ano de escolaridade cheguem ao final da escolaridade obrigatória com noções vagas sobre o Estado Novo, sobretudo quando falamos do seu aparelho repressivo. Não é apenas uma questão histórica, é também de cidadania que falamos.

Quanto ao terceiro objetivo deste trabalho, podemos constatar que o *manual Y* apresenta um conteúdo bem mais rico, sobretudo quando abordamos o ensino da História numa linha tendencialmente construtivista. Isto, na medida em que disponibiliza aos alunos e ao professor mais e diversificadas ferramentas de trabalho. O *manual X*, por sua vez, adota uma linha, podemos dizer, mais positivista, com uma ênfase no texto de apoio e com pouca diversidade de documentos e de fontes para a análise da temática. Porém, em ambos parecem sofrer da mesma “doença” relativa ao foco que se dá aos presos, pois o tema aparece apenas aquando da enunciação dos princípios doutrinários do regime, mas desaparece quando se fala das oposições.

Durante a realização do *focus group* verificou-se que o grau de conhecimento dos alunos sobre o assunto não correspondia às expectativas. Excetuado os casos dos *Alunos A e E*, que apesar de diametralmente opostas, apresentavam algumas ideias sobre o Estado Novo (não tanto sobre o seu aparelho repressivo), os restantes alunos encontravam-se completamente à deriva, chegando mesmo um a afirmar que nunca tinha ouvido falar de prisões políticas.

Neste sentido, a aula a ser lecionada ganhou ainda mais importância, isto porque o sucesso na transmissão de conhecimento deste tema estava todo nela depositada. E qual não foi o espanto que, numa turma habitualmente “apagada”, as prisões políticas tinham despertado um grande interesse e vontade de participação. Mesmo apesar de grande parte dos documentos analisados serem escritos, isto de nenhuma forma diminuiu este interesse, que depois se refletiu na elaboração do trabalho. Não sou ingénuo de pensar que tudo o que foi escrito e dito pelos alunos e por todos eles nestes trabalhos ficará imaculado nas suas memórias, mas certo é que todos os cinco revelaram uma evolução do momento da atividade inicial ao momento de entrega do trabalho. O mesmo se pode verificar através das suas avaliações (**anexo 4**).

A análise avaliativa dos trabalhos faz-nos compreender que efetivamente houve uma melhoria no entendimento do tema deste a atividade inicial até à entrega do trabalho final, pelo menos nos alunos que apresentavam maiores dificuldades em desenvolver a temática como é o caso dos *Alunos B, C e D*.

Nos casos dos alunos que já apresentavam alguns conhecimentos acerca do aparelho repressivo do regime fascista português, *Aluno A* e *Aluno E*, os conhecimentos também evoluíram, no entanto, optaram por vincar as ideias e opiniões desenvolvidas aquando do *focus group*. Em ambos os casos, transparece a ideia de que os alunos apresentam maior autonomia que os restantes colegas, mas também alguma dificuldade em evoluir nas suas ideias pré-definidas, sobretudo o *Aluno E*.

Denota-se, igualmente, que este grupo de alunos tem dificuldades em desenvolver ideias oralmente, mas que o mesmo não acontece na escrita. Se aquando do *focus group* foi difícil extrair informação dos alunos, a realização do trabalho, apesar de algumas grialhas e erros científicos, é esclarecedora que os cinco alunos após alguma pesquisa e uma leitura atenta da aula conseguem fixar ideias e desenvolvê-las.

É perceptível que os *Alunos A, D e E* apresentam mais apetência em discutir ideias e desenvolvê-las, mostrando discursos mais fluídos e com uma melhor utilização dos conceitos operatórios da disciplina.

Por fim e depois destas voltas todas, regressamos à pergunta de abertura: “Será que as prisões políticas do Estado Novo estão devidamente representadas nos manuais de História?”. Bem, se fôssemos pelas respostas iniciais dos alunos, diríamos que não, uma vez que só um afirmou que tinha ouvido falar delas em contexto escolar e através do manual escolar e que a maioria destes teve imensas dificuldades em identificá-las, bem como os presos e os setores da sociedade que foram marginalizados e perseguidos.

Porém, seria totalmente injusto atribuir toda a responsabilidade aos manuais de História. Isto porque acabam por falar do aparelho repressivo do Estado Novo, mas também, porque da mesma forma que apenas um aluno afirmou que tinha ouvido falar do tema em contexto escolar a verdade é que a maioria dos restantes afirmou que privilegiava outras fontes de informação para o seu estudo, sendo isto verificável após uma leitura cuidadosa dos trabalhos destes, onde encontramos poucas referências que demonstrem a utilização do manual na sua realização.

Neste sentido, é possível afirmar que os manuais enquadram as prisões de forma correta do ponto de vista científico e não as omitem enquanto objetos reproduzidos

pelos currículos. Porém, urge pensar que o manual (tanto o físico como o digital) precisa de se enquadrar em novas dinâmicas da sociedade. A sociedade das redes sociais, dos grupos de *Discord*, das séries e das plataformas digitais de informação e entretenimentos. Adaptação que obrigará a mudanças também por parte dos professores e da forma como estes se enquadram na disciplina.

Referências Bibliográficas

AFONSO, Maria (2013). *O papel do manual de História no desenvolvimento de competências: um estudo com professores e alunos do ensino secundário*. ICS – Universidade do Minho. Tese de Doutoramento

ALVES, Luís Alberto (2001). *O Ensino na segunda metade do século XIX*. «Revista da Faculdade de Letras – História», III Série, vol.2, 053-092.

Aprendizagens Essenciais História 3.º Ciclo do Ensino Básico (2018).

Aprendizagens Essenciais História A (2018).

ARAÚJO, Nelson (2017). *Os Manuais escolares de História: Preferências e Perspetivas Futuras*. FLUP – Universidade do Porto. Relatório de Estágio

BRITO, Carlos (2016). *Cadeia do Forte de Peniche: Como foi vivida*. Lisboa: Atlêtheia Editores.

Carta Educativa do Município de Velas.

Censos 2021: Principais resultados preliminares (2021). Estatísticas dos Açores.

CHAVES, Duarte Nuno; COSTA, Susana Goulart; SILVA, Maria Leonor (coord.) (2014). *Aquém e além de São Jorge: memória e visão*. São Jorge: Centro de História de Além-Mar.

Comissão do Livro Negro Sobre o Regime Fascista (1988). *Presos Políticos do Regime Fascista (1952-1960)*, vol. VI. Lisboa: Publicações Europa-América.

COUTO, Célia Pinto do; ROSAS, Maria Antónia Monterroso (2019). *Um novo Tempo da História*. Porto: Porto Editores.

Dossier PIDE: Os Horrores de Crimes de Uma “Policia” (1974). Lisboa: Agência Portuguesa de Revistas.

Dossier Tarrafal (2006). Lisboa: Edições Avante.

DUARTE, Pedro; MOREIRA, Ana Isabel (2021). *Pelos manuais escolares, (um)a história contada: entre o currículo e a educação histórica*. «CEM – Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto», n.º 12, 113-133.

FARINHA, Luís (2019). *As prisões da P.I.D.E.* «O Pelourinho: Boletín de Relaciones Transfronterizas», (23), 117–147.

FORTES, Alexandra; FORTES, José; GOMES, Fátima Freitas (2015). *Linhas da História 12*. Porto: Areal Editores.

GUERREIRO, Duarte (2021). *“O passado em primeira mão” O ensino dos passados dolorosos na sala de aula*. FCSH – Universidade Nova de Lisboa. Relatório de Estágio

KEATING, José Bernardo; SILVA, Isabel Soares; VELOSO, Ana Luísa (2014). *Focus group: Considerações teóricas e metodológicas*. «Revista Lusófona de Educação», 26, 175-190.

MADEIRA, João; PIMENTEL, Irene; FARINHA, Luís (2007). *Vítimas de Salazar: Estado Novo e Violência Política*. Lisboa: A esfera dos livros.

MENESES, Avelino (2013). *A ilha de São Jorge: uma síntese histórica*. Ponta Delgada: Letras Lavadas.

Metas Curriculares de História para o 3.º Ciclo do Ensino Básico (2013).

MOREIRA, Vânia (2018). *As prisões políticas do Estado Novo no século XXI: uma perspectiva patrimonial*. ICS – Universidade do Minho. Dissertação de Mestrado

OLIVEIRA, Gilberto (1987). *Memória Viva do Tarrafal*. Lisboa: Edições Avante.

PIMENTEL, Irene (2007). *A História da PIDE*. Lisboa: Círculo de Leitores.

PORTUGAL. Assembleia da República (2006). Lei n.º 47/2006, de 28 de agosto. «Diário da República Série I». 165 (2006-08-28) 6213 – 6218.

PORTUGAL. Ministério da Justiça (1936). Decreto-Lei n.º 26:643, de 28 de maio. «Diário do Governo Série I». 124 (1936-05-28) 581-625.

PORTUGAL. Ministério da Justiça e dos Cultos (1932). Decreto-Lei n.º 21:943, de 5 de dezembro. «Diário do Governo Série I». 284 (1932-12-05) 2377-2378.

Programa de História A (2001).

Programa de História para o 3.º Ciclo do Ensino Básico (1991).

SERRA, Jaime (2021). *12 fugas das prisões de Salazar*. Lisboa: Edições Avante.

URAP (2021). *Elas estiveram nas prisões do fascismo*. Lisboa: URAP – União de Resistentes Antifascistas Portugueses.

URAP (2022). *Os Presos e as Prisões Políticas em Angra do Heroísmo (1933/1943)*. Angra do Heroísmo: URAP – União de Resistentes Antifascistas Portugueses.

Ferramentas Audiovisuais e Websites Consultados

"24 de Abril", documento único sobre a história recente de Portugal. "SIC Notícias". [Consult. 26 de janeiro de 2023]. Disponível em: <https://sicnoticias.pt/programas/reportagem-sic/2011-04-20-24-de-abril-documento-unico-sobre-a-historia-recente-de-portugal4>.

A PIDE torturava assim. "Youtube". [Consult. 20 de janeiro de 2023]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UiYJ80NXMk8>.

Álvaro Cunhal – Faz 50 anos a fuga do Forte de Peniche. "Youtube". [Consult. 1 de fevereiro de 2023]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EDNUazW5ohc>.

Aprendizagens Essenciais. "Direção Geral da Educação". [Consult. 1 de janeiro de 2023]. Disponível em <http://www.dge.mec.pt/aprendizagens-essenciais-0>.

Libertação dos presos políticos. "Youtube Associação 25 De Abril". [Consult. 25 de janeiro de 2023]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rW7vQuXSnKU>.

Vidas Prisionáveis - Francisco Fanhais. "Youtube do Museu da Resistência do Aljube". [Consult. 10 de fevereiro de 2023]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=34N-wkq5m9U>.